

CRIMINALÍSTICA

Cadeia de Custódia



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerência de Produção de Conteúdo: Magno Coimbra

Coordenadora Pedagógica: Élica Lopes

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

241226434126



MANOEL MACHADO

Graduado em Química, realizou mestrado e doutorado na área de Química com transdisciplinaridade em Física. É também licenciado em Matemática e Física. Possui significativa experiência no ensino de ciências exatas (Matemática, Química e Física) nos mais diversos níveis, ministrando aulas em duas universidades federais (da Bahia e de Sergipe), estaduais, privadas, além de cursos preparatórios e escolas de nível médio do estado da Bahia. Aprovado em seis processos seletivos dentro da área de Química. Aprovado no concurso para Soldado da PM-BA, onde serviu por dois anos. Aprovado em 1º lugar PCD no concurso para Agente Comercial (Escriturário) do Banco do Brasil. Especialista em Criminologia, foi aprovado no concurso e concluiu o Curso de Formação Profissional com sucesso na Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará para o cargo de Perito Criminal da Perícia Forense do Estado do Ceará.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Apresentação	4
Cadeia de Custódia	5
1. Introdução.....	5
2. A Prova no Processo Penal.....	6
3. A Cadeia de Custódia	6
3.1. Conceitos e Etapas	6
3.2. Fase Externa	7
3.3. Fase Interna.....	8
3.4. Rastreabilidade	9
4. A Cadeia de Custódia e o Código de Processo Penal	9
Resumo	11
Questões de Concurso.....	13
Gabarito	31
Gabarito Comentado.....	32

APRESENTAÇÃO

Fala, guerreira (o)!!

Como está a preparação? Vai me dizer que esse não era o concurso dos seus sonhos? Mas você chegou até aqui e independente de sua resposta, se seu objetivo for a preparação de qualidade, te garanto que está lendo a apresentação de um curso que irá mudar sua visão sobre a Química. E é sobre essa área que quero conversar com você. Em primeiro lugar, é bem verdade que alguns assuntos foram vistos em um nível de profundidade e abordagem bastante diferente do que é visto em provas de concursos. Em segundo lugar, você provavelmente pode estar se queixando de que não se lembra da maioria dos assuntos já vistos, sobretudo se for para resolver questões. Bom, esse é o ponto chave para o estudo de concursos. As questões! Com a correta seleção de questões você conseguirá amplificar seu desempenho de uma forma muito rápida, aumentando seus acertos e entendendo seus erros. Não quero te convencer a estudar por qualquer método de estudo em específico. Sobre isso, você deve descobrir o que funciona para você! Meu objetivo guerreiro (a), é que você tenha um poderoso material em mãos. Os meus PDF's do Gran Cursos Online trabalham com uma seleção de tópicos de assuntos direcionados ao perfil das questões utilizadas pelas maiores bancas da área no país. A parte teórica do assunto é discorrida de forma a te conduzir a aprender o suficiente para cada tópico. Em alguns casos, para evitar um texto demasiado extenso, um tópico ou outro sobre o conteúdo pode ser tratado diretamente nos comentários de questões. E olha elas novamente? Aqui, você encontrará uma seleção de questões cuidadosamente escolhidas e todas comentadas de acordo com o perfil das bancas. Não é uma seleção aleatória de questões sobre o assunto! Não mesmo! É uma escolha sistematizada e com método! O que eu estou falando aqui é da oportunidade de ter um estudo dirigido e com apoio de teoria. Esse é o meu trabalho: DISSECAR um conjunto de questões selecionadas com método, produzir um perfil do tipo de cobrança dos tópicos daquele conjunto de questões, estruturar e escrever uma aula autossuficiente com teoria e questões comentadas! Como se não bastasse, estou praticamente todo o tempo disponível no fórum de dúvidas. Te convido a experimentar esse método de preparação.

Professor Manoel Machado

@prof.manoelmachado

CADEIA DE CUSTÓDIA

1. INTRODUÇÃO

A cadeia de custódia é um procedimento utilizado para garantir a integridade e a autenticidade das evidências coletadas durante uma investigação criminal ou civil, em especial no âmbito da prova pericial. O objetivo é assegurar que as evidências estejam disponíveis, inalteradas e sob controle seguro desde a coleta até a apresentação em juízo, de modo a evitar que sejam corrompidas, destruídas ou adulteradas.

A cadeia de custódia é um processo que envolve diversos profissionais e instituições, como a polícia, o Ministério Público, o perito, o juiz e as partes envolvidas no processo judicial. O procedimento inicia-se com a coleta da evidência, que deve ser realizada de maneira cuidadosa e preservando a integridade da prova. Em seguida, a evidência é lacrada e identificada, recebendo uma etiqueta que contém informações sobre a data, o local e a identidade de quem realizou a coleta.

A partir daí, a evidência segue um percurso controlado, passando por diversas etapas de armazenamento, transporte, análise e apresentação em juízo. Durante todo o processo, é importante que a cadeia de custódia seja documentada e registrada, de modo a permitir a rastreabilidade e a comprovação da integridade da prova.

Entre os principais elementos da cadeia de custódia, podemos destacar:

- Identificação e registro da evidência: cada evidência deve ser identificada e registrada com informações como a descrição, a data e o local da coleta, a identidade de quem realizou a coleta, entre outros dados relevantes.
- Lacração e etiquetagem: a evidência deve ser lacrada e etiquetada com uma etiqueta inviolável, contendo informações sobre a identidade da evidência e da pessoa responsável pela coleta.
- Armazenamento seguro: a evidência deve ser armazenada em um local seguro, com acesso restrito, e mantida em condições adequadas de preservação.
- Transporte controlado: caso a evidência precise ser transportada para análise em laboratório ou para apresentação em juízo, o transporte deve ser realizado de maneira controlada e documentada, a fim de evitar a perda ou a alteração da prova.
- Análise forense: a evidência deve ser analisada por peritos forenses qualificados, que devem seguir procedimentos padronizados e documentar suas análises e conclusões.
- Apresentação em juízo: a evidência deve ser apresentada em juízo de maneira controlada e documentada, a fim de comprovar sua autenticidade e sua integridade.

A cadeia de custódia é um procedimento essencial para garantir a validade e a confiabilidade da prova pericial em processos judiciais. Ao seguir os procedimentos adequados de cadeia

de custódia, é possível comprovar a autenticidade e a integridade das evidências coletadas, fortalecendo a argumentação das partes envolvidas e contribuindo para uma decisão justa e equilibrada por parte do juiz.

2. A PROVA NO PROCESSO PENAL

A prova é um elemento essencial no processo penal, sendo responsável por comprovar ou refutar a existência de um crime e a culpa do acusado. Ela pode ser definida como qualquer meio de verificação da verdade dos fatos, que permita ao juiz formar sua convicção sobre a culpa ou a inocência do réu.

A prova pode ser obtida de diversas formas, como testemunhos, documentos, objetos, perícias técnicas, entre outras. Cada tipo de prova tem suas particularidades e implicações no processo penal, sendo necessário avaliar sua relevância e sua confiabilidade para a decisão final do juiz.

A relevância da prova está relacionada à sua capacidade de influenciar a decisão final do juiz. Ou seja, a prova deve ser capaz de demonstrar a culpa ou a inocência do acusado de maneira clara e objetiva, sem deixar margem para dúvidas.

Já a confiabilidade da prova está relacionada à sua credibilidade e à sua origem. A prova deve ser obtida de maneira lícita, ou seja, sem violar os direitos fundamentais do acusado, e deve ser produzida por meios idôneos e confiáveis, como perícias realizadas por profissionais habilitados e documentos oficiais.

As implicações da prova no processo penal são diversas. A prova pode influenciar na decisão do juiz quanto à admissibilidade ou não de uma denúncia ou acusação, na absolvição ou condenação do réu e na fixação da pena. Além disso, a prova pode ser utilizada para orientar as investigações policiais, para formar a opinião pública e para influenciar a condução do processo judicial.

É importante destacar que a prova deve ser avaliada de maneira criteriosa e imparcial, sem pré-julgamentos ou influências externas. O juiz deve analisar a prova de maneira crítica e fundamentada, levando em consideração todos os elementos do processo penal, como a acusação, a defesa, as testemunhas, as perícias e os documentos.

Por fim, é importante destacar que a produção da prova deve seguir os princípios da legalidade, da ampla defesa e do contraditório, garantindo que todas as partes envolvidas no processo tenham a oportunidade de se manifestar sobre a prova produzida e de apresentar novos elementos de prova que possam contribuir para a decisão final do juiz.

3. A CADEIA DE CUSTÓDIA

3.1. CONCEITOS E ETAPAS

A cadeia de custódia é um procedimento técnico-jurídico utilizado para garantir a integridade, a autenticidade e a confiabilidade das provas coletadas em uma investigação ou

processo judicial. Ela se divide em conceitos e etapas que devem ser seguidos rigorosamente para que a prova seja aceita e considerada válida pelo juiz.

Os conceitos da cadeia de custódia incluem a identificação, a coleta, o armazenamento, o transporte, a análise e a apresentação da prova. Cada uma dessas etapas deve ser realizada de maneira precisa e documentada, a fim de evitar a adulteração ou a perda da prova ao longo do processo.

Já as etapas da cadeia de custódia são as seguintes:

1. Identificação: É a primeira etapa da cadeia de custódia e consiste na identificação da prova a ser coletada. Deve-se registrar o tipo de prova, o local onde foi encontrada, o nome do investigado e a data da coleta.

2. Coleta: Após a identificação da prova, ela deve ser coletada de maneira apropriada, de forma a garantir sua integridade e autenticidade. A coleta deve ser realizada por um profissional habilitado e deve ser documentada de forma detalhada.

3. Armazenamento: Depois de coletada, a prova deve ser armazenada de maneira adequada, garantindo sua preservação e segurança. O local de armazenamento deve ser protegido contra fatores que possam danificar ou comprometer a prova, como a umidade, o calor excessivo, a exposição à luz e a ação de agentes externos.

4. Transporte: Caso a prova precise ser transportada para análise em laboratório ou para apresentação em audiência judicial, o transporte deve ser realizado de forma segura e documentada. É importante garantir que a prova não seja danificada ou adulterada durante o transporte.

5. Análise: A análise da prova deve ser realizada por um perito habilitado, que deve seguir os procedimentos técnicos adequados e documentar todas as etapas do processo de análise.

6. Apresentação: Por fim, a prova deve ser apresentada em audiência judicial de maneira clara e objetiva, com todos os documentos e registros necessários para comprovar sua autenticidade e confiabilidade.

Em resumo, a cadeia de custódia é um procedimento essencial para a produção de provas confiáveis e aceitas em processos judiciais. Ela deve ser seguida rigorosamente por todos os envolvidos no processo, a fim de garantir a integridade e a autenticidade da prova coletada.

3.2. FASE EXTERNA

A fase externa da cadeia de custódia é aquela que se inicia na coleta da prova e se encerra quando ela é recebida pelo responsável pela sua análise ou armazenamento. Nessa fase, é crucial documentar todas as informações relevantes sobre a prova, como sua origem, data, local, condições em que foi encontrada e as pessoas envolvidas em sua coleta.

A fase externa da cadeia de custódia pode ser exemplificada da seguinte forma: um perito é acionado para realizar uma perícia em um veículo que foi utilizado em um roubo.

O perito chega ao local e verifica as condições do veículo, documentando sua aparência, as marcas de arrombamento e outras informações relevantes. Em seguida, ele coleta amostras de impressões digitais encontradas no veículo e as embala adequadamente, identificando-as com etiquetas contendo informações como data, hora, local e o nome do perito responsável pela coleta.

As amostras são então transportadas até o laboratório de análise forense, onde são recebidas por outro perito, que registra a data e a hora do recebimento, assim como o estado das amostras e sua integridade. O perito realiza a análise das impressões digitais e gera um laudo pericial, que é entregue à autoridade policial encarregada do caso. O laudo é utilizado como prova em um processo criminal, e o perito que coletou as amostras e o perito que realizou a análise das mesmas podem ser chamados a depor para esclarecer as etapas da cadeia de custódia.

Nesse exemplo, a fase externa da cadeia de custódia se iniciou com a coleta das amostras de impressões digitais no veículo e se encerrou com o recebimento das amostras pelo perito responsável pela análise. Durante todo esse processo, foram documentadas as informações relevantes sobre as amostras, a fim de garantir sua integridade e autenticidade.

3.3. FASE INTERNA

A fase interna da cadeia de custódia é aquela que se inicia após o recebimento da prova pelo responsável por sua análise ou armazenamento e se encerra com a apresentação da prova em juízo. Nessa fase, é importante documentar todas as informações relevantes sobre a análise da prova, como os procedimentos utilizados, os resultados obtidos e as conclusões do perito.

A fase interna da cadeia de custódia pode ser exemplificada da seguinte forma: após receber as amostras de impressões digitais coletadas em um veículo, o perito responsável pela análise as registra em um sistema de controle de provas, onde documenta informações como data de recebimento, origem das amostras e o nome do perito que realizou a coleta. Em seguida, o perito realiza a análise das amostras, utilizando técnicas forenses para comparar as impressões digitais com as do suspeito do roubo.

Após concluir a análise, o perito registra os procedimentos utilizados, os resultados obtidos e as conclusões em um laudo pericial, que é entregue à autoridade policial encarregada do caso. O laudo pode ser utilizado como prova em um processo criminal, e o perito que realizou a análise pode ser chamado a depor para esclarecer as etapas da cadeia de custódia.

Nesse exemplo, a fase interna da cadeia de custódia se iniciou com o recebimento das amostras de impressões digitais pelo perito responsável pela análise e se encerrou com a apresentação do laudo pericial em juízo. Durante todo esse processo, foram documentadas as informações relevantes sobre a análise das amostras, a fim de garantir sua integridade e autenticidade.

3.4. RASTREABILIDADE

A rastreabilidade é um dos conceitos fundamentais da cadeia de custódia e se refere à capacidade de se rastrear o caminho percorrido pela prova, desde sua coleta até sua apresentação em juízo. Ou seja, é a possibilidade de se verificar todas as etapas pelas quais a prova passou, a fim de garantir sua integridade e autenticidade.

No contexto da cadeia de custódia, a rastreabilidade pode ser exemplificada da seguinte forma: suponha que uma equipe de peritos coletou amostras de sangue em uma cena de crime. Após a coleta, as amostras foram embaladas, lacradas e transportadas para um laboratório de análise forense. Nesse laboratório, as amostras foram recebidas por outro profissional, que as analisou e gerou um laudo pericial. Esse laudo foi entregue a um advogado de defesa, que o utilizou em uma audiência judicial.

Nesse exemplo, a rastreabilidade consiste na capacidade de se rastrear cada uma das etapas pelas quais as amostras de sangue passaram, desde sua coleta na cena de crime até sua apresentação em juízo. Para tanto, é necessário documentar todas as informações relevantes, como o nome dos peritos que coletaram as amostras, a data e o local da coleta, o tipo de embalagem utilizado, o nome do profissional que analisou as amostras, o laudo pericial gerado e o advogado que apresentou a prova em juízo.

Ao garantir a rastreabilidade da prova, é possível evitar a adulteração ou a perda da evidência, bem como assegurar sua confiabilidade perante o juiz. Dessa forma, a rastreabilidade é um elemento essencial para a produção de provas válidas e aceitas em processos judiciais.

4. A CADEIA DE CUSTÓDIA E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

A cadeia de custódia é um tema de extrema importância no âmbito do Código de Processo Penal, pois ela assegura a integridade, autenticidade e confiabilidade da prova pericial apresentada em juízo. Diversos artigos do CPP tratam sobre a cadeia de custódia, estabelecendo as normas e os procedimentos que devem ser seguidos para garantir sua efetividade.

O artigo 158 do CPP define a cadeia de custódia como “o conjunto de formalidades necessárias para assegurar a identidade física do objeto desde a sua produção até o momento da realização da perícia”. Já o artigo 169 estabelece que a cadeia de custódia deve ser documentada em termo próprio, que acompanhará a prova pericial.

O artigo 167 do CPP determina que a coleta da prova pericial deve ser realizada por perito oficial ou, na ausência deste, por pessoa idônea designada pela autoridade policial ou pelo juiz. Além disso, o artigo 170 estabelece que o perito deve proceder à identificação

do objeto ou da substância a ser periciada, bem como registrar a origem, o estado em que se encontra e todas as demais informações relevantes.

O artigo 173 do CPP determina que a autoridade policial deverá encaminhar a prova pericial ao juízo competente, juntamente com o laudo pericial e o respectivo termo de cadeia de custódia. O juiz, por sua vez, deverá intimar as partes para que possam se manifestar sobre o laudo e o termo de cadeia de custódia.

Por fim, o artigo 155 do CPP estabelece que a prova pericial somente terá validade se for produzida na forma prevista em lei, ou seja, seguindo as normas estabelecidas para a cadeia de custódia.

Um exemplo prático da aplicação da cadeia de custódia no âmbito do CPP é o seguinte: em um caso de homicídio, o perito oficial é acionado para coletar vestígios de DNA encontrados na cena do crime. O perito registra todas as informações relevantes sobre a coleta, como data, hora, local e as condições em que os vestígios foram encontrados. As amostras são encaminhadas para o laboratório de análise forense, onde são recebidas por outro perito, que registra a data e a hora do recebimento, bem como o estado das amostras. Após realizar a análise das amostras, o perito gera um laudo pericial e um termo de cadeia de custódia, que são apresentados ao juízo competente como prova no processo criminal. As partes têm o direito de se manifestar sobre o laudo e o termo de cadeia de custódia, e a prova pericial somente terá validade se for produzida seguindo todas as normas estabelecidas para a cadeia de custódia.

Os artigos 158-A ao 158-F do Código de Processo Penal foram inseridos pela Lei n. 11.690/2008 e tratam sobre a cadeia de custódia de drogas e outros materiais ilícitos. Esses artigos estabelecem procedimentos específicos para a coleta, identificação, armazenamento e transporte desses materiais, a fim de garantir a sua integridade e autenticidade como prova no processo penal.

Art. 158-A: define o conceito de cadeia de custódia como “o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes”.

Art. 158-B: estabelece que a cadeia de custódia compreende etapas como o reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte e custódia de vestígios.

Art. 158-C: disciplina as regras para quem deve ficar responsável pela preservação da cadeia de custódia, principalmente as autoridades policiais e peritos.

Art. 158-D: regula como o vestígio deve ser manipulado e como deve ser a documentação de cada intervenção no material coletado.

Art. 158-E: disciplina o registro e comunicação de falhas ou quebras na cadeia de custódia.

Art. 158-F: trata da destinação dos vestígios que não forem mais necessários após a finalização do processo ou investigação.

RESUMO

A cadeia de custódia refere-se ao conjunto de procedimentos adotados para manter a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. Essa técnica é importante para garantir a integridade das evidências e evitar contaminação ou adulteração das mesmas, o que pode comprometer a investigação criminal.

Com o pacote anticrime, houve algumas modificações no Código de Processo Penal (CPP) relacionadas à cadeia de custódia, como a inclusão da obrigatoriedade de filmar e fotografar todo o processo de recolhimento de vestígios, além da exigência de que as imagens e vídeos sejam juntados ao inquérito policial. Além disso, o CPP passou a prever a possibilidade de destruição de vestígios após a realização dos exames necessários, desde que autorizado pelo juiz e respeitadas as normas técnicas e sanitárias.

Essas mudanças visam aprimorar a segurança e a confiabilidade do processo de cadeia de custódia, aumentando a transparência e a rastreabilidade das evidências.

As provas abordam aspectos cruciais da Criminalística e Provas Periciais, fundamentais no sistema judiciário. O Código de Processo Penal estabelece regras que garantem a validade e imparcialidade das perícias.

No exame de corpo de delito, a prioridade de realização é dada em casos de violência doméstica, violência contra grupos vulneráveis e crimes hediondos, conforme previsto no art. 158 do CPP. Além disso, o exame de corpo de delito pode ser feito em qualquer dia e hora, buscando apurar detalhadamente as circunstâncias do crime.

Os peritos oficiais têm papel fundamental, comprometendo-se a desempenhar seu encargo com fidelidade e imparcialidade. Eles podem ser designados pelo Juiz e, em perícias complexas, mais de um perito pode ser nomeado para garantir maior precisão.

Os assistentes técnicos, indicados pelas partes, auxiliam nas perícias, fornecendo seus conhecimentos especializados. A legislação permite a presença de mais de um assistente técnico, e eles não são considerados testemunhas.

No que tange ao exame grafotécnico, caso a pessoa se recuse a fornecer material para comparação, o exame pode ser realizado com base em documentos com reconhecimento judicial. Essa perícia visa analisar a autenticidade da escrita.

A elaboração de laudos periciais é um processo detalhado. Não há um prazo fixo de 30 dias para a conclusão, e o juiz pode designar mais de um perito oficial se necessário. Além disso, o juiz não pode rejeitar a realização de uma perícia requerida pelas partes, a menos que ela seja manifestamente inútil ou desnecessária para o processo.

O entendimento sobre Criminalística e Provas Periciais é crucial para garantir a justiça e a eficácia do sistema legal, assegurando que as perícias sejam conduzidas com imparcialidade,

competência e rigor técnico. O respeito às normas processuais e a compreensão da importância das perícias são fundamentais para a busca da verdade e a garantia dos direitos das partes envolvidas no processo judicial.

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-RO/TÉCNICO EM NECROPSIA/CRIMINALÍSTICA) (...) é uma metáfora, pois supõe que o resultado do delito, considerado nos seus aspectos físicos e psíquicos, registre um conjunto de elementos materiais, mais ou menos interligados, dos quais se compõe e que lhes constituem uma reunião de provas ou de vestígios da existência do fato criminoso. Genival Veloso de França. Medicina Legal, 11.^a ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

O texto precedente aborda o conceito de

- a) parecer.
- b) corpo de delito.
- c) perícia médico-legal.
- d) intervenção corporal.
- e) cadeia de custódia de evidências.

002. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Conforme consta no Art. 158-A do código de processo penal brasileiro, “considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”. Sobre a cadeia de custódia no âmbito da investigação criminal, analise as afirmativas a seguir.

I – O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de evidências.

II – O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial deve coletá-la na cena do crime e fica responsável por sua preservação.

III – Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

É correto o que se afirma:

- a) nas afirmativas I e III, apenas.
- b) na afirmativa III, apenas.
- c) na afirmativa I, apenas.
- d) nas afirmativas I e II, apenas.
- e) nas afirmativas I, II e III.

003. (FGV/2022/PC-AM/DELEGADO DE POLÍCIA/CRIMINALÍSTICA) O pacote anticrime (Lei n. 13964/19) alterou a legislação penal e processual penal. Sobre as medidas adotadas atualmente na preservação das provas, assinale a afirmativa correta.

- a) O isolamento da área é a primeira medida a ser adotada.

- b) O reconhecimento é a parte em que a vítima é identificada ainda na cena de crime.
- c) O reconhecimento corresponde à distinção dos elementos como de potencial interesse para a investigação.
- d) A fixação é a fase em que os elementos de potencial interesse para a investigação são levados aos laboratórios, onde serão fixados e estudados.
- e) O rastreamento dos elementos de interesse se inicia após iniciado seu transporte para a unidade onde serão analisados (laboratórios).

004. (IBFC/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) Assinale a alternativa que apresenta o porquê da Norma ISO/IEC 17025 ser fundamental para a área de Laboratórios de Genética Forense.

- a) Porque garante a qualidade dos procedimentos de análise de DNA, assegurando a precisão e confiabilidade dos resultados.
- b) Porque define padrões éticos para a coleta de amostras e a análise de dados, promovendo a integridade e imparcialidade nos processos.
- c) Porque estabelece diretrizes para a segurança do ambiente laboratorial, minimizando riscos de contaminação e preservando a cadeia de custódia das amostras.
- d) Porque facilita a interoperabilidade entre laboratórios de diferentes países, permitindo a comparação e validação de resultados em contextos internacionais.
- e) Porque promove a atualização contínua dos métodos de análise e a qualificação dos profissionais, garantindo a excelência técnica na área de genética forense.

005. (IADES/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA – GO/ODONTOLEGISTA DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) Com relação à cadeia de custódia, a partir de seu detalhamento previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A cadeia de custódia refere-se ao processo de preservação e documentação da história cronológica do vestígio coletado em locais ou vítimas de crimes, desde sua coleta até o seu descarte, e é regulamentada pelo art. 156-B.
- b) O início da cadeia de custódia ocorre com a fixação detalhada do vestígio conforme encontrado no local de crime ou no corpo de delito, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croquis, de acordo com o art. 158-B, inciso I.
- c) O reconhecimento de um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial é a primeira etapa da cadeia de custódia, de acordo com o art. 158-B, inciso I.
- d) O transporte do vestígio de um local para outro é uma etapa opcional da cadeia de custódia, podendo ser efetuada apenas se necessário para a realização de exames complementares, de acordo com o art. 158-B, inciso VII.
- e) A coleta dos vestígios durante o inquérito ou processo deve ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando não for necessária a realização de exames complementares, conforme determina o art. 158-C.

006. (FGV/2022/PC-RJ/INVESTIGADOR POLICIAL DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) Tendo em vista a pluralidade de testemunhas que presenciaram determinado evento delitivo, a autoridade policial e seus agentes envidaram esforços para que todos fossem ouvidos em sede inquisitorial. Todas as testemunhas ouvidas, com mínimas alterações, apontaram a autoria do delito para Hermes e Príapo, delineando o modus operandi da dupla. No entanto, dada a urgência da atuação, alguns depoimentos não foram encartados nos autos do inquérito. Os agentes foram capturados em decorrência de mandado de prisão preventiva pugnado pelo Ministério Público, que imediatamente ofereceu a respectiva ação penal, momento em que foi descoberta a não completude do acervo probatório constituído.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) houve quebra da cadeia de custódia, por violação do ato de coleta da prova;
- b) não houve quebra da cadeia de custódia, diante da pluralidade de fontes probatórias no mesmo sentido;
- c) houve quebra da cadeia de custódia, por violação do ato de processamento da prova;
- d) não houve quebra da cadeia de custódia, pois o descarte, na fase preliminar, compete ao delegado de polícia;
- e) houve quebra da cadeia de custódia, por violação do ato de armazenamento da prova.

007. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/TÉCNICO EM PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Lançado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), em 2013, o procedimento operacional padrão (POP) da perícia criminal visa à padronização e à orientação do trabalho de peritos de todo o Brasil. Nesse documento, são recomendados materiais e objetos adequados à rotina da unidade de perícia, entre os quais os específicos para a cadeia de custódia contemplam

- a) folha de croqui e máscaras descartáveis.
- b) óculos de proteção, toucas e aventais.
- c) capacetes e coletes balísticos.
- d) tubos e frascos estéreis e envelopes de vários tamanhos com lacre inviolável.
- e) reagentes e pincéis.

008. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL QUÍMICO-LEGAL/CRIMINALÍSTICA) Considerando o disposto na Portaria MJSP n. 240/2019, em que são definidos os produtos químicos sujeitos ao controle e à fiscalização pela Polícia Federal e estabelecidos os procedimentos para esse controle, assinale a opção correta.

- a) Para fins de controle e fiscalização, considera-se apenas o resíduo controlado, mas que, para efeito da lei, possa ser reutilizado, desde que siga as normas vigentes.
- b) Se a fiscalização realizada pela unidade regional de controle de produtos químicos não verificar quaisquer infrações, cabe ao chefe da unidade ou ao presidente da comissão de

fiscalização encaminhar o auto de fiscalização e as demais peças processuais, com parecer fundamentado, à unidade central de controle de produtos químicos para análise e decisão acerca do arquivamento.

c) Em relação ao cadastro e ao licenciamento para o exercício de atividades com produtos químicos, o único documento necessário é o comprovante que atesta que a pessoa física ou jurídica está devidamente cadastrada na Polícia Federal.

d) A solicitação feita pelo interessado a respeito do controle de produto químico deverá ser respondida apenas pessoalmente.

e) Todas as soluções de éter etílico, em qualquer concentração, estão sujeitas a controle da Polícia Federal.

009. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) As unidades de perícia bem equipadas e com profissionais capacitados e procedimentos padronizados são fundamentais para a produção da prova técnica e, conseqüentemente, para a qualificação da investigação criminal.

Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça — SENASP. Procedimento Operacional Padrão: perícia criminal. Brasília: Ministério da Justiça, 2013 (com adaptações). Considerando o previsto nessa afirmativa, assinale a opção correta, acerca dos procedimentos de levantamento de local de crime.

a) Ao chegar a um local de crime, a equipe pericial deve evitar receber quaisquer informações dos fatos, de modo a garantir a imparcialidade e a objetividade dos exames periciais.

b) Objetos que não forem coletados pelos peritos criminais serão devolvidos no local aos respectivos donos, a critério da equipe pericial.

c) As armas de fogo devem ser acondicionadas e encaminhadas para exames posteriores exatamente como foram encontradas no local de crime.

d) Atualmente, o padrão de busca de vestígios padronizado para os locais de crime, indistintamente, é o de espiral, em que o foco inicial é o vestígio principal e, em seguida, a região periférica.

e) Todo material biológico no local de crime deve ser considerado potencialmente infectante, tanto é assim que a coleta de vestígios dessa natureza será feita sempre com uso de luvas novas e descartáveis, que serão trocadas antes da manipulação de um novo vestígio.

010. (CESPE/CEBRASPE/2022/POLITEC – RO/PERITO CRIMINAL/MEDICINA VETERINÁRIA/CRIMINALÍSTICA) Entre outras, as etapas da fase externa da cadeia de custódia incluem a

a) preservação do local de crime, a busca, o reconhecimento, a fixação e o registro da cadeia de custódia do vestígio.

b) preservação do local de crime, o reconhecimento, a conferência, a guarda e(ou) distribuição e a análise pericial do vestígio.

c) preservação do local de crime, a busca, o reconhecimento, a fixação e a coleta do vestígio.

- d) recepção, a conferência, a coleta, o acondicionamento e o registro do vestígio.
- e) recepção, a conferência, a classificação, a guarda e(ou) distribuição e a análise pericial do vestígio.

011. (FGV/2022/SENADO FEDERAL/TÉCNICO LEGISLATIVO/POLICIAL LEGISLATIVO/CRIMINALÍSTICA) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à cadeia de custódia, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- b) A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte.
- c) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- d) A etapa de “fixação” da cadeia de custódia está definida em lei como a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.
- e) A definição de “vestígio”, segundo a legislação processual brasileira, é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

012. (FGV/2022/SENADO FEDERAL/TÉCNICO LEGISLATIVO/POLICIAL LEGISLATIVO/CRIMINALÍSTICA) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à cadeia de custódia, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O recipiente para acondicionamento do vestígio deverá individualizar o vestígio, preservar suas características, impedir contaminação e vazamento, ter grau de resistência adequado e espaço para registro de informações sobre seu conteúdo.
- b) Após cada rompimento de lacre, deve se fazer constar o nome e a matrícula do responsável na ficha de acompanhamento de vestígio, a data, o local, a finalidade, bem como as informações referentes ao novo lacre utilizado, devendo ser descartado o lacre anterior.
- c) O recipiente para acondicionamento do vestígio só poderá ser aberto pelo perito que vai proceder à análise ou por outra pessoa autorizada de forma motivada.
- d) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.
- e) A etapa de descarte refere-se ao procedimento de liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

013. (INSTITUTO AOCP/2022/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Em relação à cadeia de custódia e às perícias criminais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) De acordo com a lei processual penal, a preservação do elemento de potencial probatório é de responsabilidade do mesmo agente público que primeiramente o reconheceu.
- b) O perito oficial é a pessoa que detém a preferência para realizar a coleta dos vestígios localizados, sendo também sua função legal dar o encaminhamento necessário do conteúdo para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- c) Chama-se “isolamento” o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.
- d) Segundo a lei processual penal vigente no país, a cadeia de custódia pode se iniciar através de duas situações: com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- e) Chama-se “processamento” o exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.

014. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/AUXILIAR DE PERÍCIA |TÉCNICO FORENSE/CRIMINALÍSTICA) Em relação a postulados, princípios e áreas de atuação da criminalística, julgue o item seguinte. O procedimento de anotações, fotografias, medições e observância dos demais protocolos que descrevem e retratam oficialmente a cena de um crime e os vestígios nela coletados dá origem à cadeia de custódia da prova material, conforme o princípio da documentação.

015. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA |PERITO CRIMINAL |PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. A cadeia de custódia inicia-se após a etapa de preservação do local do crime, com a efetiva coleta dos vestígios relacionados ao delito.

016. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. Constituem etapas internas da cadeia de custódia a classificação, a guarda e a análise pericial dos vestígios coletados no local de crime.

017. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA |PERITO CRIMINAL |PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Considere-se que uma equipe policial tenha comparecido a uma ocorrência de furto de residência por meio do rompimento de uma das portas com um pé de cabra, que foi abandonado no local e devidamente apreendido, e que, em entrevista ao proprietário da residência, tenha constatado a subtração de um veículo automotor, algumas joias de família e vários equipamentos de informática. Além disso, fora encontrado um bilhete manuscrito por um dos autores com ameaças à família, caso essa acionasse a polícia. Levando-se em conta a situação hipotética em análise, com base nas disposições referentes ao exame de corpo de delito e às outras perícias previstas no Código de Processo Penal, julgue o item seguinte. O rompimento do obstáculo caracteriza corpo de delito para fins de exame pericial, que é indispensável, salvo se houverem desaparecido os vestígios.

018. (INSTITUTO AOCP/2023/PC-GO/ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) Assinale a alternativa que apresenta corretamente um Princípio da Perícia Criminalística.

- a) Segundo o Princípio da Análise, inexistem ações que não resultem em marcas de provas, sabendo-se, ainda, que são notórias a evolução e pesquisa do instrumental científico capaz de detectar esses vestígios ou mesmo microvestígios.
- b) O Princípio da Documentação baseia-se na Cadeia de Custódia da prova material, visando proteger a fidelidade da prova material, evitando a consideração de provas forjadas, incluídas no conjunto das demais.
- c) Pelo Princípio da Observação, conclui-se que a análise pericial deve sempre seguir o método científico da perícia científica, visando definir como o fato ocorreu através de uma criteriosa coleta de dados.
- d) O Princípio da Interpretação aduz que o resultado de um exame pericial é constante em relação ao tempo e deve ser exposto em linguagem ética e juridicamente perfeita.
- e) Pelo Princípio da Descrição, toda amostra deve ser documentada, desde seu nascimento no local de crime até sua análise e descrição final, de forma a se estabelecer um histórico completo e fiel de sua origem.

019. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO CRIMINAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) De acordo com o Código de Processo Penal, a cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas:

- I – Coleta: ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.
- II – Fixação: descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias,

filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.

III – Acondicionamento: procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.

IV – Recebimento: ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.

V – Descarte: procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente, independentemente de autorização judicial.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I, II e III.
- b) II, III e V.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, III e V.
- e) I, II, III e IV.

020. (CESPE/CEBRASPE/2023/TJ-CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA: JUDICIÁRIA/CRIMINALÍSTICA)

Em relação à cadeia de custódia, assinale a opção correta.

- a) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, ainda que necessária a realização de exames complementares.
- b) É permitida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de vestígios de locais de crime, antes de sua liberação pelo perito responsável.
- c) Todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas, e também deverão ser registradas a data e a hora do acesso.
- d) É do órgão estatal, e não do agente público, a responsabilidade pela preservação de elemento de potencial interesse para a produção da prova pericial, ainda que o próprio agente o tenha reconhecido como tal.
- e) Descarte é o procedimento referente à liberação do vestígio e depende, em qualquer caso, de autorização judicial específica.

021. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Nos termos da legislação

processual penal, os instrumentos empregados para a prática da infração serão sujeitos a exame para qual finalidade?

- a) Garantir a rastreabilidade.
- b) Verificar a natureza dos instrumentos e a sua eficiência.
- c) Assegurar a cadeia de custódia.
- d) Permitir a ampla defesa.
- e) Verificar a licitude dos instrumentos.

022. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Um Agente Auxiliar de Perícia Oficial do estado do Paraná, ao realizar serviços relativos à necropsia sob a orientação dos Médicos Legistas, localizou dois projéteis de arma de fogo alojados no corpo de um cadáver em bom estado de conservação, sem perda de material e ausente de deformações aparentes. No laboratório de balística forense, os projéteis foram avaliados em equipamentos de comparação balística e o Perito Criminal responsável pela análise concluiu que projéteis foram disparados pela mesma arma de fogo. Acerca do exposto e dos princípios criminalísticos, assinale a alternativa correta.

- a) É possível aferir o calibre dos projéteis encontrados e identificar a marca e o modelo da arma de fogo usada no crime.
- b) O Perito Criminal que realizou o atendimento no local do crime deveria ter usado uma pinça para buscar e remover os projéteis do interior do corpo antes de liberar o local de crime.
- c) Segundo o princípio Criminalístico da interpretação de Paul Kirk, dois projéteis disparados pela mesma arma de fogo, por mais indistinguíveis que sejam, apresentarão compatibilidades nos sinais neles impressos que possibilitarão concluir que foram disparados pela mesma arma de fogo, mas não serão idênticos.
- d) O princípio da documentação, que é a base da cadeia de custódia, indica que os projéteis devem ser armazenados no mesmo lacre e em contato para evitar perdas do material e facilitar o rastreamento dos vestígios.
- e) O exame de comparação balística busca compatibilidades entre as raia e as microestrias impressas nos projéteis decorrentes do contato com a alma do cano após a realização do tiro. A marca transferida por contato corresponde ao princípio de Edmond Locard, denominado princípio da descrição.

023. (CESPE/CEBRASPE/2023/PC-AL/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Em relação ao processo penal brasileiro, julgue o item seguinte. A quebra na cadeia de custódia da prova resulta, necessariamente, em nulidade absoluta, tornando inadmissível a prova produzida.

024. (FUNDATEC/2024/AL-RS/AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA/CRIMINALÍSTICA) Assinale a alternativa correta em relação à cadeia de custódia da prova.

- a) O início da cadeia de custódia dá-se com a inserção da prova em processo ou com procedimentos judiciais para sua produção.

- b) Considera-se cadeia de custódia um ato processual realizado para fins de privação da liberdade do indiciado de forma preventiva.
- c) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial deverá se reportar à autoridade policial para indicação de responsável por sua preservação.
- d) Em razão da sigilosidade do procedimento probatório preliminar, as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado não deverão ser identificadas.
- e) A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio em determinadas etapas.

025. (IDECAN/2024/SAP-CE/POLICIAL PENAL/CRIMINALÍSTICA) Fundamentado na Lei n. 13.964/19, que abarca o Pacote Anticrime, aperfeiçoando a legislação penal e processual penal, assinale a alternativa correta.

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada provisoriamente perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição e caducidade.
- b) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.
- c) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação.
- d) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- e) Todos os Institutos de Criminalística poderão ter uma central de custódia destinada à guarda e controle dos vestígios, e sua gestão pode ser vinculada diretamente ao órgão central de perícia oficial de natureza criminal.

026. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-RJ/DELEGADO DE POLÍCIA/CRIMINALÍSTICA) No dia 1º/1/2022, Bruna compareceu à delegacia de atendimento à mulher em Cabo Frio – RJ, pois estava sentindo dores na região da genitália. Em seu depoimento, relatou que, no dia anterior, estava na casa de amigos, celebrando o Ano Novo, ocasião na qual conheceu Juan, com quem se recordava de ter conversado. Ela afirmou que, em determinado momento, fora levada por Juan para um quarto, ficando os dois a sós, e, embora estivesse sonolenta naquela situação, não havia consentido com a prática de qualquer tipo de ato com conotação sexual. Ela ainda relatou à delegada que havia ingerido apenas bebida alcoólica, que não havia feito uso de medicamentos e que não se lembrava de como retornara para sua

residência. Sem ter havido perícia no local dos fatos, a delegada de polícia imediatamente encaminhou Bruna para a realização de exame de corpo de delito. O perito legista relatou equimoses nos seios, na região lateral do quadril e na região cervical de Bruna, tendo recolhido uma amostra de sangue dela, em que foi constatada a presença de fenobarbital, e uma amostra de material da cavidade vaginal, em que ficou evidenciada a presença de antígeno prostático específico e de material genético no sêmen coletado, encaminhados para exame logo em seguida.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições do Código de Processo Penal acerca do exame de corpo de delito e da cadeia de custódia, bem como consoante o regramento previsto pela Lei n. 14.069/2011, pelo Decreto n. 7.950/2013 e pela Lei n. 12.037/2009, a delegada de polícia responsável pela investigação deverá

a) recorrer ao Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, como única forma de identificação do autor da violência sexual contra Bruna, a partir do material coletado no exame de corpo de delito.

b) determinar a juntada, ao inquérito policial, da confirmação da identificação criminal eventualmente obtida a partir dos dados contidos no Banco Nacional de Perfis Genéticos, após fazer ampla e deliberada divulgação sobre estes na imprensa, uma vez que tais dados são públicos e não sigilosos.

c) considerar a imprestabilidade dos vestígios, uma vez que não houve perícia no local do crime, único momento no qual os vestígios poderiam ter sido reconhecidos, fixados e coletados para possibilitar eventual exame de confronto genético.

d) determinar a juntada, ao inquérito policial, do laudo pericial assinado por perito oficial devidamente habilitado, caso seja constatada a coincidência de perfis genéticos entre os dados da amostra coletada do material vaginal e os que constem no Banco Nacional de Perfis Genéticos.

e) seguir a determinação do membro do Ministério Público quanto ao tratamento a ser dado ao vestígio coletado, feita em manifestação individual nos autos do inquérito policial, em detrimento das ordens técnicas exaradas pelo órgão central de perícia oficial de natureza criminal.

027. (UFMT/2022/POLITEC-MT/PERITO OFICIAL MÉDICO-LEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Para exercer as funções periciais, o médico tem que ser preciso, explicar os fatos e concluir o laudo por meio da verdade, não omitindo qualquer detalhe. A respeito de conceitos e definições básicas da prática diária na medicina legal, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

1. Perícia Percipiendi
2. Perícia Deducendi
3. Prova
4. Corpo de Delito
5. Cadeia de Custódia

- () Elemento demonstrativo da veracidade de um fato.
- () Apreciação de uma perícia já realizada.
- () Análise técnica e científica de um fato, através da avaliação das alterações produzidas pelas energias causadoras do dano.
- () Conjunto dos elementos sensíveis do dano causado pelo fato delituoso e base de todo procedimento processual.
- () Registro em documento da movimentação dos elementos da prova quando do seu envio, conservação e análise nos laboratórios.

Assinale a sequência correta

- a) 4, 1, 2, 3, 5
- b) 2, 1, 3, 4, 5
- c) 1, 2, 3, 5, 4
- d) 3, 2, 1, 4, 5
- e) 5, 4, 3, 2, 1

028. (FGV/2022/SEAD-AP/TÉCNICO PERICIAL/CRIMINALÍSTICA) Acerca dos locais de crime, analise as afirmativas a seguir.

I – Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

II – O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

III – O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

IV – Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

029. (FGV/2022/SEAD-AP/TÉCNICO PERICIAL/CRIMINALÍSTICA) Em relação à cadeia de custódia, associe as etapas de rastreamento do vestígio às respectivas definições.

I – Reconhecimento

II – Isolamento

III – Descarte

- () procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.
- () ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.
- () ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3
- b) 1 – 3 – 2
- c) 2 – 3 – 1
- d) 2 – 1 – 3
- e) 3 – 1 – 2

030. (FGV/2022/SEAD-AP/AUXILIAR TÉCNICO PERICIAL/TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM FARMÁCIA/CRIMINALÍSTICA) No que tange aos exames de local de crime, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- b) Os vestígios coletados no decurso do inquérito policial ou processo criminal receberão tratamento diferenciado, devendo apenas estes últimos observarem as regras processuais previstas no Código de Processo Penal, uma vez que o inquérito policial é orientado pela informalidade.
- c) É proibida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime, antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.
- d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- e) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

031. (INSTITUTO AOCP/2022/PC-GO/PAPILOSCOPISTA POLICIAL DA 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) João e José foram denunciados pela prática do crime de homicídio contra a pessoa de Mario, não tendo sido realizado exame de corpo de delito cadavérico, pois o cadáver jamais foi encontrado. Em juízo, João confessou a prática do crime de homicídio, dizendo, ainda, que teve a ajuda de José para o cometimento do crime. José, em seu interrogatório, permaneceu

em silêncio. Corroborando a versão de João, foram ouvidas duas testemunhas de acusação. Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) O silêncio de José não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- b) A confissão de João possui valor intrínseco superior às demais provas, devendo ser aferida pelo magistrado por critérios diferenciados em relação ao restante do conjunto probatório.
- c) Por se tratar de crime que deixa vestígio, é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- e) A confissão de João é indivisível, não podendo o juiz considerar apenas uma parte do que foi confessado.

032. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/AUXILIAR DE PERÍCIA |TÉCNICO FORENSE/CRIMINALÍSTICA) Em face das inovações legislativas relativas à cadeia de custódia da prova no Código Processual Penal brasileiro, julgue o item a seguir. A cadeia de custódia inicia-se com a preservação do local de crime ou com os procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

033. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/AUXILIAR DE PERÍCIA |TÉCNICO FORENSE/CRIMINALÍSTICA) Em face das inovações legislativas relativas à cadeia de custódia da prova no Código Processual Penal brasileiro, julgue o item a seguir. A cadeia de custódia diz respeito somente aos vestígios coletados em locais de crime, não se estendendo àqueles referentes aos vestígios provenientes dos exames periciais extrínsecos e intrínsecos.

034. (POLC-AL/CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA |PERITO CRIMINAL |PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. A etapa da cadeia de custódia denominada de fixação compreende a descrição detalhada do vestígio tal qual esse se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames.

035. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA |PERITO CRIMINAL |PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. Com a realização de exame pericial no vestígio coletado no local de crime, encerra-se a cadeia de custódia e, por isso, é cabível o seu imediato descarte em face da natureza irrepetível do exame.

036. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL |PERITO TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL |PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL |PERITO CRIMINAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Acerca da preservação do local do crime, analise os itens abaixo:

I – Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

II – A preservação do local do crime é uma das formas de se dar o início da cadeia de custódia.

III – O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.

037. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) A lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, positivou em norma a cadeia de custódia no Brasil. Sobre o tema, marque a alternativa verdadeira:

- a) A cadeia de custódia é o conjunto dos procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, sendo necessário registrar apenas as características desses vestígios.
- b) Fixação é ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza;
- c) A coleta do vestígio deve ser feita obrigatoriamente por perito oficial.
- d) Em locais isolados, é proibida a entrada de qualquer pessoa estranha ao ato pericial, ou a remoção de vestígios do local de crime antes da liberação pelo perito responsável.
- e) Todos os materiais apreendidos e encaminhados para o órgão pericial devem permanecer armazenados na central de custódia após a realização da perícia, não importando sua natureza ou dimensão.

038. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Conforme consta no Art. 158-B do código de processo penal brasileiro, a cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio em 10 etapas, iniciando pelo reconhecimento até o descarte. No âmbito da cadeia de custódia, assinale a alternativa correta e que contém a etapa relacionada ao: exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.

- a) Acondicionamento.

- b) Processamento.
- c) Recebimento.
- d) Coleta.
- e) Fixação

039. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Imagine a ocorrência de um crime envolvendo morte violenta. O cadáver está no local e a polícia foi comunicada. Nos termos legais, o que o agente público que primeiro chegar ao local deve fazer?

- a) Reconhecer os elementos de potencial interesse para a produção da prova pericial e realizar, de imediato, o respectivo processamento dos vestígios.
- b) Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, dando início à cadeia de custódia.
- c) Coletar e acondicionar os vestígios independentemente das demais etapas de rastreamento atinentes à cadeia de custódia.
- d) Alterar a posição dos elementos de potencial interesse para a produção da prova pericial, garantindo, com isso, o isolamento e a preservação dos vestígios até a chegada dos peritos criminais.
- e) Transferir imediatamente os vestígios de um local para o outro, utilizando as condições adequadas, para posterior fixação.

040. (IGEDUC/2023/PREFEITURA DE TRIUNFO – PE/GUARDA MUNICIPAL/CRIMINALÍSTICA) Julgue o item a seguir. A cadeia de custódia, em criminalística, refere-se ao período entre a prisão em flagrante, com identificação e guarda do indivíduo, até sua apresentação ao juiz em 24h.

041. (IADES/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA – GO/PERITO CRIMINAL DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e seu manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte, conforme o art. 158-A do Código de Processo Penal. Quanto às etapas do rastreamento do vestígio da cadeia de custódia, assinale a alternativa correta.

- a) Reconhecimento é o procedimento relativo à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial. É o que ocorre quando o corpo é sepultado ou quando a droga apreendida é destruída e se preserva, evidentemente, amostra necessária à realização do laudo definitivo e para fins de eventual contraprova.
- b) Acondicionamento é o ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e sua natureza, como, por exemplo, quando o cadáver é retirado da casa.

c) Isolamento é o ato de evitar que se altere o estado das coisas, isolando e preservando o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e ao local de crime. É o que ocorre quando a autoridade policial isola o cômodo e a casa onde o corpo foi encontrado.

d) Recebimento é o ato de transferir o vestígio de um local para outro utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle e sua posse. Nos casos das amostras biológicas, a cadeia de custódia deve ser a mais curta possível para evitar a degradação do material.

e) Fixação é o exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito. Na hipótese de um cadáver, realiza-se uma necrópsia.

042. (IMPARH/2023/AMC DE FORTALEZA – CE/AGENTE DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO/CRIMINALÍSTICA) Conforme as alterações normativas promovidas no Código de Processo Penal, marque o quesito que NÃO se constitui em etapa da cadeia de custódia:

- a) isolamento.
- b) decantação.
- c) fixação.
- d) reconhecimento.

043. (UNIRV – GO/2024/PREFEITURA DE RIO VERDE – GO/GUARDA CIVIL MUNICIPAL/CRIMINALÍSTICA) O artigo 158-A, do Código de Processo Penal, disciplina a cadeia de custódia. “Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”. Assim, constitui o início da cadeia de custódia:

- a) a coleta, consistente no ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.
- b) a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- c) o acondicionamento, um procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas.
- d) o transporte, consistente em transferir o vestígio de um local para outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura), de modo a garantir a manutenção de suas características originais.

044. (IBFC/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) Assinale a alternativa que apresenta a definição de cadeia de custódia.

- a) Uma organização que fornece a indivíduos e outras empresas acesso à internet e outros serviços semelhantes, como criador de sites e hospedagem virtual.
- b) Uma ordem escrita expedida por um juiz que ordena a um oficial de justiça procurar, em uma área específica, por uma determinada prova.
- c) Um método de documentar a história e a posse de uma amostra, através de análises e relatório de dados, até à sua disposição final.
- d) A arte e a ciência de esconder informações, incorporando mensagens em textos aparentemente inofensiva.
- e) Um espaço que existe entre o fim de um arquivo e o fim do último aglomerado de um arquivo.

045. (IADES/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA – GO/ODONTOLEGISTA DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) Toda amostra deve ser documentada, desde seu nascimento no local de crime até sua análise e descrição final, de forma a se estabelecer um histórico completo e fiel de sua origem. ROSA, C.T.A. e STUMVOLL, V.P. Criminalística. 8. ed., Capítulo 1: Criminalística. 17 p. De acordo com o texto apresentado, o princípio da documentação, na Criminalística, baseia-se especificamente

- a) na tipicidade penal.
- b) na cadeia de custódia.
- c) no exame de corpo de delito.
- d) nas perícias em geral.
- e) na teoria do crime.

046. (IBFC/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) A respeito da preservação dos vestígios cibernéticos, qual alternativa apresenta uma afirmação incorreta:

- a) Os vestígios digitais devem ser zelados com o mesmo cuidado que são tratados os vestígios encontrados em uma cena de crime, como manchas de sangue e projéteis.
- b) Os principais agentes causadores de danos dos vestígios cibernéticos são: choques mecânicos, temperatura inadequada, umidade excessiva, campos magnéticos e campos elétricos.
- c) A fase de preservação também compõe o processo de cadeia de custódia, que trata do registro cronológico de manuseio da evidência, desde sua coleta até o fim do procedimento em que está inserido.
- d) A cópia exata dos dados, bit a bit, de uma mídia suspeita para outro dispositivo de armazenamento é chamada de duplicação forense ou espelhamento.
- e) A garantia de que os dados copiados são exatamente iguais aos originais é feito com a utilização dos algoritmos de HTTP, cujo resultados serão comparados ao final da cópia.

GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. b | 35. E |
| 2. b | 36. e |
| 3. c | 37. d |
| 4. a | 38. a |
| 5. c | 39. b |
| 6. b | 40. E |
| 7. d | 41. c |
| 8. b | 42. b |
| 9. a | 43. b |
| 10. c | 44. c |
| 11. c | 45. b |
| 12. b | 46. e |
| 13. c | |
| 14. C | |
| 15. E | |
| 16. C | |
| 17. C | |
| 18. a | |
| 19. e | |
| 20. c | |
| 21. b | |
| 22. c | |
| 23. E | |
| 24. e | |
| 25. d | |
| 26. d | |
| 27. d | |
| 28. e | |
| 29. e | |
| 30. b | |
| 31. a | |
| 32. C | |
| 33. E | |
| 34. C | |

GABARITO COMENTADO

001. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-RO/TÉCNICO EM NECROPSIA/CRIMINALÍSTICA) (...) é uma metáfora, pois supõe que o resultado do delito, considerado nos seus aspectos físicos e psíquicos, registre um conjunto de elementos materiais, mais ou menos interligados, dos quais se compõe e que lhes constituem uma reunião de provas ou de vestígios da existência do fato criminoso. Genival Veloso de França. Medicina Legal, 11.^a ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

O texto precedente aborda o conceito de

- a) parecer.
- b) corpo de delito.
- c) perícia médico-legal.
- d) intervenção corporal.
- e) cadeia de custódia de evidências.



Para compreender a questão apresentada, é essencial entender o conceito de “corpo de delito”. O termo refere-se ao conjunto de elementos e vestígios materiais resultantes de uma infração penal. No contexto da medicina legal e da criminalística, o corpo de delito é crucial para embasar tecnicamente o inquérito policial e o processo penal através de provas concretas, como objetos, marcas e substâncias que comprovem a ocorrência de um crime. O fragmento do texto citado de Genival Veloso de França descreve esse conjunto de elementos materiais interligados, que não só testemunham a existência do fato criminoso, mas também ajudam a reconstruir as circunstâncias do evento. Assim, o conceito se refere especificamente à materialidade do crime, evidenciada através desses vestígios que são analisados durante a perícia.

Na alternativa correta, b) corpo de delito, é onde este conceito se encaixa de acordo com a descrição dada. Não se trata de uma “cadeia de custódia de evidências”, mencionada na alternativa e), que se refere ao processo de manuseio e preservação das evidências para garantir sua integridade desde a coleta até a apresentação em juízo; e nem das demais opções que tratam de categorias distintas dentro da prática forense e médico-legal.

Portanto, compreender o termo “corpo de delito” é vital para associar corretamente o conteúdo do texto ao conceito que ele representa dentro da medicina legal e da criminalística. A escolha da alternativa correta depende do reconhecimento dos termos técnicos e da compreensão da sua relevância dentro do contexto legal e criminalístico. É fundamental para os estudantes e profissionais da área ter clareza sobre esses conceitos para aplicá-los adequadamente em análises e procedimentos legais relacionados.

Letra b.

002. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA)
Conforme consta no Art. 158-A do código de processo penal brasileiro, “considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”. Sobre a cadeia de custódia no âmbito da investigação criminal, analise as afirmativas a seguir.

I – O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de evidências.

II – O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial deve coletá-la na cena do crime e fica responsável por sua preservação.

III – Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

É correto o que se afirma:

- a) nas afirmativas I e III, apenas.
- b) na afirmativa III, apenas.
- c) na afirmativa I, apenas.
- d) nas afirmativas I e II, apenas.
- e) nas afirmativas I, II e III.



Para responder a esta questão, é fundamental entender o conceito e os elementos que compõem a cadeia de custódia conforme definidos pelo código de processo penal brasileiro. A cadeia de custódia é um procedimento crítico no processo de investigação criminal, assegurando que o vestígio coletado seja mantido integral e sem contaminação ao longo de sua trajetória, desde a coleta até a utilização como prova em processo judicial.

I – Certa. A cadeia de custódia inicia-se com a preservação do local do crime ou quando são detectadas evidências durante procedimentos policiais ou periciais. Isso é crucial para garantir que as provas não sejam contaminadas ou alteradas.

II – Errada. Embora o agente público reconheça e colete o elemento, ele não necessariamente fica responsável por sua preservação de forma individual. A preservação implica em um processo de cadeia de custódia formal que envolve diversos profissionais e etapas, garantindo a integridade das evidências até que sejam formalmente analisadas e armazenadas.

III – Certa. Vestígio refere-se a qualquer material ou objeto que possa estar relacionado com o crime, seja ele visível a olho nu ou necessitando de técnicas especiais para sua identificação. Dadas as explicações, avaliamos que as afirmativas I e III estão corretas, enquanto a II contém um erro conceitual sobre a responsabilidade pela preservação de evidências.

Letra b.

003. (FGV/2022/PC-AM/DELEGADO DE POLÍCIA/CRIMINALÍSTICA) O pacote anticrime (Lei n. 13964/19) alterou a legislação penal e processual penal. Sobre as medidas adotadas atualmente na preservação das provas, assinale a afirmativa correta.

- a) O isolamento da área é a primeira medida a ser adotada.
- b) O reconhecimento é a parte em que a vítima é identificada ainda na cena de crime.
- c) O reconhecimento corresponde à distinção dos elementos como de potencial interesse para a investigação.
- d) A fixação é a fase em que os elementos de potencial interesse para a investigação são levados aos laboratórios, onde serão fixados e estudados.
- e) O rastreamento dos elementos de interesse se inicia após iniciado seu transporte para a unidade onde serão analisados (laboratórios).



Para entender corretamente a questão, é importante conhecer o conceito e as etapas da Cadeia de Custódia no contexto da investigação criminal. A Cadeia de Custódia refere-se ao processo de documentação e preservação de provas desde o momento em que são coletadas até sua eventual apresentação em tribunal. Esse processo é vital para garantir a integridade e a admissibilidade das provas.

- a) Errada. O isolamento da área é, de fato, uma prática comum, mas não é o foco principal da questão, que se relaciona com o entendimento das fases de manuseio da evidência.
- b) Errada. O reconhecimento mencionado nesta alternativa se refere à identificação da vítima, o que não está diretamente ligado à Cadeia de Custódia das provas materiais coletadas no local.
- c) Certa. Esta alternativa aborda corretamente que o reconhecimento é o processo de identificar e distinguir elementos que possuem potencial interesse para a investigação. É uma fase vital, pois determina quais itens serão coletados, preservados e analisados detalhadamente para futuras etapas processuais.
- d) Errada. A fixação não se refere ao transporte e análise das provas nos laboratórios; trata-se do processo de registrar a cena do crime e suas evidências em seu estado inicial, geralmente por meio de fotografias, desenhos e anotações.
- e) Errada. O rastreamento dos elementos de interesse na investigação não se inicia após seu transporte; ele começa no momento em que as provas são identificadas e coletadas, sendo então rastreadas ao longo de todo o percurso dentro da Cadeia de Custódia.

Letra c.

004. (IBFC/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) Assinale a alternativa que apresenta o porquê da Norma ISO/IEC 17025 ser fundamental para a área de Laboratórios de Genética Forense.

- a) Porque garante a qualidade dos procedimentos de análise de DNA, assegurando a precisão e confiabilidade dos resultados.

- b) Porque define padrões éticos para a coleta de amostras e a análise de dados, promovendo a integridade e imparcialidade nos processos.
- c) Porque estabelece diretrizes para a segurança do ambiente laboratorial, minimizando riscos de contaminação e preservando a cadeia de custódia das amostras.
- d) Porque facilita a interoperabilidade entre laboratórios de diferentes países, permitindo a comparação e validação de resultados em contextos internacionais.
- e) Porque promove a atualização contínua dos métodos de análise e a qualificação dos profissionais, garantindo a excelência técnica na área de genética forense.



Para resolver esta questão, é essencial entender o papel da Norma ISO/IEC 17025 dentro dos laboratórios especializados, particularmente aqueles voltados para a Genética Forense. A ISO/IEC 17025 especifica requisitos gerais para a competência de laboratórios para realizar testes e/ou calibrações, incluindo amostragem. Essa norma é especialmente importante no contexto forense porque trata-se de garantir a qualidade e integridade dos procedimentos laboratoriais.

A alternativa a) menciona que a norma garante a qualidade dos procedimentos de análise de DNA, enfocando a precisão e confiabilidade dos resultados. Este é o core da ISO/IEC 17025 no contexto da genética forense porque a confiabilidade e precisão dos testes de DNA são fundamentais para garantir que as evidências genéticas possam ser usadas de forma eficaz em processos legais. A precisão está diretamente relacionada à capacidade do teste em produzir resultados consistentes, que é uma exigência crucial em um ambiente forense.

As alternativas b), c), d) e e) embora levantem pontos válidos relacionados à ética, segurança, interoperabilidade e qualificação, não atingem diretamente o cerne da questão da qualidade e confiabilidade dos resultados específicos de análises de DNA, o que é fundamental em um contexto forense para a aceitação e validade de evidências em processos legais.

Dessa forma, a alternativa a) é a mais adequada, pois abrange com precisão o impacto da Norma ISO/IEC 17025 sobre os procedimentos de análises de DNA em laboratórios de Genética Forense, garantindo que os resultados sejam precisos e confiáveis.

Letra a.

005. (IADES/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA – GO/ODONTOLEGISTA DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA)
Com relação à cadeia de custódia, a partir de seu detalhamento previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A cadeia de custódia refere-se ao processo de preservação e documentação da história cronológica do vestígio coletado em locais ou vítimas de crimes, desde sua coleta até o seu descarte, e é regulamentada pelo art. 156-B.

- b) O início da cadeia de custódia ocorre com a fixação detalhada do vestígio conforme encontrado no local de crime ou no corpo de delito, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croquis, de acordo com o art. 158-B, inciso I.
- c) O reconhecimento de um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial é a primeira etapa da cadeia de custódia, de acordo com o art. 158-B, inciso I.
- d) O transporte do vestígio de um local para outro é uma etapa opcional da cadeia de custódia, podendo ser efetuada apenas se necessário para a realização de exames complementares, de acordo com o art. 158-B, inciso VII.
- e) A coleta dos vestígios durante o inquérito ou processo deve ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando não for necessária a realização de exames complementares, conforme determina o art. 158-C.



Para entender a questão, é importante compreender a conceituação de “cadeia de custódia”. A cadeia de custódia é o processo pelo qual a evidência física de um crime é preservada e rastreada desde o momento de sua descoberta até sua apresentação em tribunal. Este processo garante que a integridade da evidência seja mantida, prevenindo contaminações ou alterações, o que é crucial para sua admissibilidade como prova.

Partindo para as alternativas:

- a) Errada. Esta alternativa contém erro no detalhe da legislação, pois o artigo citado não corresponde ao que regula especificamente a cadeia de custódia.
- b) Errada. Apesar de conter elementos verdadeiros sobre o processo de documentação da evidência, também está errada na citação legislativa e no momento em que a cadeia de custódia é considerada iniciada.
- c) Certa. Aponta que o reconhecimento de um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial é realmente a primeira etapa da cadeia de custódia. Isso significa que desde o momento em que um vestígio é identificado como relevante, já deve ser tratado com os procedimentos adequados para preservar sua integridade.
- d) Errada. A afirmação de que o transporte é uma etapa opcional está incorreta. O transporte seguro e documentado é essencial para manter a integridade da cadeia de custódia.
- e) Errada. Esta alternativa contém um erro na afirmação de que os vestígios devem ser encaminhados para a central de custódia mesmo quando não for necessária a realização de exames complementares, o que desconsidera procedimentos específicos que podem variar de acordo com o caso.

Portanto, considerando a definição e a importância do processo inicial de identificação como crucial para a integridade da cadeia, a alternativa correta é de fato a c).

Letra c.

006. (FGV/2022/PC-RJ/INVESTIGADOR POLICIAL DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA) Tendo em vista a pluralidade de testemunhas que presenciaram determinado evento delitivo, a autoridade policial e seus agentes envidaram esforços para que todos fossem ouvidos em sede inquisitorial. Todas as testemunhas ouvidas, com mínimas alterações, apontaram a autoria do delito para Hermes e Príapo, delineando o modus operandi da dupla. No entanto, dada a urgência da atuação, alguns depoimentos não foram encartados nos autos do inquérito. Os agentes foram capturados em decorrência de mandado de prisão preventiva pugnado pelo Ministério Público, que imediatamente ofereceu a respectiva ação penal, momento em que foi descoberta a não completude do acervo probatório constituído.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) houve quebra da cadeia de custódia, por violação do ato de coleta da prova;
- b) não houve quebra da cadeia de custódia, diante da pluralidade de fontes probatórias no mesmo sentido;
- c) houve quebra da cadeia de custódia, por violação do ato de processamento da prova;
- d) não houve quebra da cadeia de custódia, pois o descarte, na fase preliminar, compete ao delegado de polícia;
- e) houve quebra da cadeia de custódia, por violação do ato de armazenamento da prova.



Para compreender a presente questão, é crucial ter clareza sobre o conceito de “cadeia de custódia”. A cadeia de custódia refere-se ao processo pelo qual evidências físicas ou digitais são coletadas, manuseadas, armazenadas e preservadas desde o momento de sua descoberta até sua apresentação em tribunal. Esse processo é essencial para garantir que as provas sejam conservadas sem alteração, destruição ou manipulação, assegurando sua integridade e confiabilidade.

No contexto da questão, que envolve a coleta de depoimentos de testemunhas em um caso de delito, os depoimentos, apesar de não terem sido encartados nos autos do inquérito, foram consistentes apontando os autores do delito e o modus operandi. Neste caso, o que está em jogo é a manipulação ou omissão no processamento da prova, isto é, na fase de incorporação dos depoimentos ao inquérito.

A alternativa b) argumenta que “não houve quebra da cadeia de custódia, diante da pluralidade de fontes probatórias no mesmo sentido”. Estabelecer que uma falta de formalidade na incorporação de um depoimento ao processo é uma quebra de cadeia dependeria de evidenciar que tal omissão compromete a integridade das provas. Dado que os depoimentos foram consistentes e convergiam para a mesma conclusão, a não inclusão de alguns no inquérito não necessariamente implica quebra da cadeia, mas uma falha administrativa que, por si só, sem mais circunstâncias, não implica em prejuízo à integridade das provas apresentadas para a prisão preventiva.

Esse entendimento, ao optar pela alternativa b) como correta, reforça a noção de que uma pluralidade de fontes probatórias alinhadas pode atenuar o impacto de falhas administrativas no processamento da prova, sem constituir, necessariamente, uma quebra da cadeia de custódia que prejudicaria a admissibilidade ou a confiabilidade das provas.

Letra b.

007. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/TÉCNICO EM PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Lançado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), em 2013, o procedimento operacional padrão (POP) da perícia criminal visa à padronização e à orientação do trabalho de peritos de todo o Brasil. Nesse documento, são recomendados materiais e objetos adequados à rotina da unidade de perícia, entre os quais os específicos para a cadeia de custódia contemplam

- a) folha de croqui e máscaras descartáveis.
- b) óculos de proteção, toucas e aventais.
- c) capacetes e coletes balísticos.
- d) tubos e frascos estéreis e envelopes de vários tamanhos com lacre inviolável.
- e) reagentes e pincéis.



Para abordar esta questão, é essencial entender o conceito de “Cadeia de Custódia” dentro do contexto da perícia criminal. A Cadeia de Custódia é o processo pelo qual a evidência física de um crime é preservada e documentada para garantir sua integridade desde o momento de sua coleta até sua apresentação em tribunal. Este processo inclui a coleta, o transporte, a guarda e a análise de evidências, garantindo que não haja alterações, perdas, danos ou contaminação.

O Procedimento Operacional Padrão (POP) da perícia criminal mencionado na questão busca padronizar as práticas entre os peritos em todo Brasil, garantindo que os materiais e objetos usados sejam adequados e ajudem a manter a integridade das evidências coletadas. Entre os itens listados nas alternativas, tubos e frascos estéreis e envelopes de vários tamanhos com lacre inviolável (Alternativa D) são diretamente relacionados à preservação da cadeia de custódia. Esses itens são essenciais para assegurar que as evidências sejam coletadas e armazenadas de maneira que previnam contaminação ou manipulação, mantendo sua condição original até que sejam necessárias para análise ou julgamento.

Os outros itens listados não estão diretamente relacionados à Cadeia de Custódia, mas sim à proteção pessoal dos peritos ou ao processo de investigação visual e não necessariamente à coleta e preservação de evidências.

Os materiais e objetos específicos para cadeia de custódia, conforme mencionados nesta questão, desempenham um papel crucial para que a evidência coletada seja reconhecida em procedimentos legais sem questionamentos sobre sua autenticidade ou integridade.

Letra d.

008. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL QUÍMICO-LEGAL/CRIMINALÍSTICA) Considerando o disposto na Portaria MJSP n. 240/2019, em que são definidos os produtos químicos sujeitos ao controle e à fiscalização pela Polícia Federal e estabelecidos os procedimentos para esse controle, assinale a opção correta.

- a) Para fins de controle e fiscalização, considera-se apenas o resíduo controlado, mas que, para efeito da lei, possa ser reutilizado, desde que siga as normas vigentes.
- b) Se a fiscalização realizada pela unidade regional de controle de produtos químicos não verificar quaisquer infrações, cabe ao chefe da unidade ou ao presidente da comissão de fiscalização encaminhar o auto de fiscalização e as demais peças processuais, com parecer fundamentado, à unidade central de controle de produtos químicos para análise e decisão acerca do arquivamento.
- c) Em relação ao cadastro e ao licenciamento para o exercício de atividades com produtos químicos, o único documento necessário é o comprovante que atesta que a pessoa física ou jurídica está devidamente cadastrada na Polícia Federal.
- d) A solicitação feita pelo interessado a respeito do controle de produto químico deverá ser respondida apenas pessoalmente.
- e) Todas as soluções de éter etílico, em qualquer concentração, estão sujeitas a controle da Polícia Federal.



A cadeia de custódia refere-se ao processo documentado e auditável que registra a manipulação de evidências materiais relevantes para uma investigação legal, desde a sua coleta até a sua apresentação em tribunal, garantindo sua integridade e a validade das evidências. A Portaria MJSP n. 240/2019, mencionada na questão, regulamenta o controle de produtos químicos, os quais podem se tornar evidências em diferentes contextos criminais ou administrativos.

Para abordar a questão, é essencial entender a estrutura e a responsabilidade delineadas na portaria para o controle e fiscalização de produtos químicos, que podem ser usados em atividades ilícitas. A alternativa correta, segundo a portaria, descreve um processo organizacional dentro do sistema de controle, onde as ações e responsabilidades são claramente definidas.

A opção correta é b). Essa opção estabelece que, após a fiscalização que não encontra infrações, o processo deve ser documentado e revisado por uma autoridade superior (a unidade central) antes de decidir sobre o arquivamento. Esta prática está alinhada com os princípios de cadeia de custódia, garantindo que cada passo no processo de controle é registrado e revisto, mantendo a integridade do processo de fiscalização.

Outras alternativas ou mencionam requisitos incompletos ou apresentam práticas não alinhadas com a portaria mencionada ou procedimentos de controle e fiscalização padrão.

Letra b.

009. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-PB/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) As unidades de perícia bem equipadas e com profissionais capacitados e procedimentos padronizados são fundamentais para a produção da prova técnica e, consequentemente, para a qualificação da investigação criminal.

Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça — SENASP. Procedimento Operacional Padrão: perícia criminal. Brasília: Ministério da Justiça, 2013 (com adaptações). Considerando o previsto nessa afirmativa, assinale a opção correta, acerca dos procedimentos de levantamento de local de crime.

- a) Ao chegar a um local de crime, a equipe pericial deve evitar receber quaisquer informações dos fatos, de modo a garantir a imparcialidade e a objetividade dos exames periciais.
- b) Objetos que não forem coletados pelos peritos criminais serão devolvidos no local aos respectivos donos, a critério da equipe pericial.
- c) As armas de fogo devem ser acondicionadas e encaminhadas para exames posteriores exatamente como foram encontradas no local de crime.
- d) Atualmente, o padrão de busca de vestígios padronizado para os locais de crime, indistintamente, é o de espiral, em que o foco inicial é o vestígio principal e, em seguida, a região periférica.
- e) Todo material biológico no local de crime deve ser considerado potencialmente infectante, tanto é assim que a coleta de vestígios dessa natureza será feita sempre com uso de luvas novas e descartáveis, que serão trocadas antes da manipulação de um novo vestígio.



Para resolver esta questão, é necessário entender os procedimentos de levantamento de local de crime, normas de preservação do local e a cadeia de custódia, além de práticas de segurança e preservação de vestígios.

A questão nos apresenta algumas afirmativas sobre procedimentos em locais de crime e pede que identifiquemos a opção correta.

- a) Certa. Sugere que, ao chegar a um local de crime, a equipe pericial deve evitar receber informações sobre os fatos. Este é um procedimento incorreto. A equipe pericial precisa de informações preliminares para entender o contexto e garantir a eficácia da investigação, preservando a objetividade dos dados coletados. No entanto essa alternativa é a resposta correta, indicando um erro na formulação da pergunta ou na resposta apresentada.
- b) Errada. Menciona a devolução de objetos não coletados pelos peritos aos respectivos proprietários a critério da equipe. Isso contraria os procedimentos padrões, onde todos os objetos relevantes ou suspeitos devem ser avaliados e, se necessário, coletados e preservados como evidência.
- c) Errada. Fala sobre acondicionar armas de fogo como encontradas. Na prática, as armas devem ser seguramente acondicionadas para evitar contaminação ou alteração de vestígios, como impressões digitais e DNA.
- d) Errada. Menciona que o padrão de busca de vestígios em locais de crimes seria sempre em espiral. No entanto, o método de busca varia de acordo com cada situação específica, não existindo um padrão único de procedimento.
- e) Errada. Trata do procedimento correto ao alegar que material biológico deve ser tratado como potencialmente infectante e que a coleta deve ser feita com uso de luvas novas para cada novo vestígio. Esta seria uma regra clara e correta envolvendo as práticas de biossegurança.

Apesar da alternativa E se mostrar correta e apropriada, a resposta indicada é a A, apontando uma discrepância em relação ao conhecimento prático e técnico usual.

É importante ressaltar que, de acordo com o conhecimento e práticas usuais na investigação de cenas de crime, a equipe pericial necessita obter informações básicas sobre os fatos ao chegar ao local do crime para orientar adequadamente sua atuação, mesmo que sempre garantindo a objetividade e imparcialidade na coleta de evidências. A resposta a), apesar de indicada pelo gabarito, apresenta um entendimento que contraria práticas comuns e recomendadas na perícia forense.

Letra a.

010. (CESPE/CEBRASPE/2022/POLITEC – RO/PERITO CRIMINAL/MEDICINA VETERINÁRIA/CRIMINALÍSTICA) Entre outras, as etapas da fase externa da cadeia de custódia incluem a

- a) preservação do local de crime, a busca, o reconhecimento, a fixação e o registro da cadeia de custódia do vestígio.
- b) preservação do local de crime, o reconhecimento, a conferência, a guarda e(ou) distribuição e a análise pericial do vestígio.
- c) preservação do local de crime, a busca, o reconhecimento, a fixação e a coleta do vestígio.

- d) recepção, a conferência, a coleta, o acondicionamento e o registro do vestígio.
- e) recepção, a conferência, a classificação, a guarda e(ou) distribuição e a análise pericial do vestígio.



Para resolver esta questão, é crucial entender o conceito de “cadeia de custódia” no contexto forense. A cadeia de custódia se refere ao processo documentado pelo qual evidências criminais são coletadas, guardadas e preservadas desde o local do crime até sua apresentação em tribunal. Este processo garante que a evidência mantenha sua integridade e não seja contaminada ou alterada.

Analisando as alternativas, observe as etapas citadas e sua relevância para a cadeia de custódia:

- a) Errada. Menciona “registro da cadeia de custódia do vestígio”, que é importante, mas não especifica claramente a coleta do vestígio, que é um passo crucial.
- b) Errada. Menciona “guarda e(ou) distribuição e a análise pericial do vestígio”, que são importantes, mas foca mais na gestão posterior do vestígio, não na coleta.
- c) Certa. Menciona “preservação do local de crime, a busca, o reconhecimento, a fixação e a coleta do vestígio”. Estes são todos passos fundamentais na fase inicial da cadeia de custódia, começando pela preservação do local para evitar contaminação, seguindo pela busca e reconhecimento de potenciais vestígios, fixação (documentação) de sua localização e condição, e finalmente a coleta.
- d) e a e) Erradas. Focam mais nas etapas ocorridas após o vestígio já ter sido removido do local do crime, tais como recepção e conferência.

Dessa maneira, a alternativa c) é a que melhor descreve as etapas da fase externa da cadeia de custódia, abrangendo todos os passos cruciais desde a preservação do local até a coleta efetiva dos vestígios, o que é essencial para assegurar a admissibilidade das evidências em processos judiciais.

Letra c.

011. (FGV/2022/SENADO FEDERAL/TÉCNICO LEGISLATIVO/POLICIAL LEGISLATIVO/CRIMINALÍSTICA) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à cadeia de custódia, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- b) A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte.

- c) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- d) A etapa de “fixação” da cadeia de custódia está definida em lei como a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.
- e) A definição de “vestígio”, segundo a legislação processual brasileira, é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.



Para abordar esta questão corretamente, é crucial compreender o que é a cadeia de custódia no contexto do Código de Processo Penal brasileiro. A cadeia de custódia é o processo pelo qual as evidências coletadas em uma cena de crime são documentadas, preservadas e gerenciadas para garantir a sua integridade desde a coleta até a sua análise em laboratório, apresentação em tribunal e eventual descarte.

Os conceitos-chaves envolvidos nesse processo incluem a preservação inicial do local de crime, o reconhecimento, isolamento, coleta, transporte e armazenamento de evidências, todos seguidos de protocolos rigorosos para evitar a contaminação ou perda de informações. A alternativa c) é a que apresenta incorreções: afirma que “A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.” Esta afirmação é incorreta porque, embora seja ideal que a coleta de vestígios seja realizada por um perito oficial para garantir a técnica e a integridade do processo, situações emergenciais podem requerer que outros profissionais treinados intervenham, sobretudo em locais e circunstâncias em que um perito oficial não esteja imediatamente disponível.

As alternativas a), b), d) e e) descrevem corretamente diferentes aspectos da cadeia de custódia conforme estabelecido na legislação, destacando-se a importância de cada etapa do processo desde a preservação inicial do local de crime até o descarte seguro de evidências após a conclusão dos processos judiciais pertinentes.

Letra c.

012. (FGV/2022/SENADO FEDERAL/TÉCNICO LEGISLATIVO/POLICIAL LEGISLATIVO/CRIMINALÍSTICA) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à cadeia de custódia, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O recipiente para acondicionamento do vestígio deverá individualizar o vestígio, preservar suas características, impedir contaminação e vazamento, ter grau de resistência adequado e espaço para registro de informações sobre seu conteúdo.

- b) Após cada rompimento de lacre, deve se fazer constar o nome e a matrícula do responsável na ficha de acompanhamento de vestígio, a data, o local, a finalidade, bem como as informações referentes ao novo lacre utilizado, devendo ser descartado o lacre anterior.
- c) O recipiente para acondicionamento do vestígio só poderá ser aberto pelo perito que vai proceder à análise ou por outra pessoa autorizada de forma motivada.
- d) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.
- e) A etapa de descarte refere-se ao procedimento de liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.



Para abordar essa questão adequadamente, é necessário compreender os aspectos fundamentais da cadeia de custódia conforme estabelecido no Código de Processo Penal brasileiro. A cadeia de custódia trata do conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a trajetória cronológica dos vestígios coletados em um local de crime, desde sua coleta até a sua análise em laboratório, garantindo sua integridade e autenticidade.

a) Certa. Esta alternativa descreve corretamente os requisitos para o acondicionamento de vestígios, ressaltando a necessidade de preservar características, impedir contaminação ou vazamento, e manter um registro adequado sobre o vestígio. Está correta e alinha-se com os princípios da cadeia de custódia.

b) Errada. Esta alternativa, por sua vez, indica que o lacre rompido deve ser descartado, o que parece razoável, mas o procedimento usual é manter o lacre rompido junto à ficha de acompanhamento de vestígios para fins de registro e posterior auditoria ou verificação, se necessário.

A escolha de descartar o lacre anterior não é uma prática padrão, pois manter esse registro pode ser crucial em caso de questionamentos ou revisões futuras da manipulação do vestígio. Portanto, é a afirmativa incorreta.

c) Certa. A alternativa aponta que o recipiente que contém o vestígio só pode ser aberto por um perito ou pessoa devidamente autorizada, o que também é uma prática standard para garantir que a integridade do vestígio seja mantida até sua análise.

d) Certa. Indica que o agente público que identifica um elemento como potencialmente útil para a prova deve garantir sua preservação até que chegue às mãos de um especialista, o que é consistente com a prática recomendada na cadeia de custódia.

e) Certa. A etapa de descarte mencionada aborda corretamente o procedimento de liberação dos vestígios após análise, respeitando a legislação e a necessidade de autorização judicial quando aplicável.

Letra b.

013. (INSTITUTO AOCP/2022/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Em relação à cadeia de custódia e às perícias criminais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) De acordo com a lei processual penal, a preservação do elemento de potencial probatório é de responsabilidade do mesmo agente público que primeiramente o reconheceu.
- b) O perito oficial é a pessoa que detém a preferência para realizar a coleta dos vestígios localizados, sendo também sua função legal dar o encaminhamento necessário do conteúdo para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- c) Chama-se “isolamento” o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.
- d) Segundo a lei processual penal vigente no país, a cadeia de custódia pode se iniciar através de duas situações: com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- e) Chama-se “processamento” o exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.



Para responder essa questão adequadamente, é necessário compreender o conceito da “cadeia de custódia” no contexto das investigações criminais e perícias. A cadeia de custódia refere-se ao processo de documentação que prova a integridade dos vestígios coletados em uma cena de crime, desde a sua descoberta até sua apresentação em tribunal. Isso inclui toda a trajetória desses vestígios, abrangendo a coleta, a conservação, o armazenamento e a análise.

Análise das Alternativas:

- a) Certa. Respeita os princípios de cadeia de custódia, afirmando que a responsabilidade pela preservação das evidências é do agente que as identificou inicialmente.
- b) Certa. O perito oficial é tradicionalmente o mais qualificado e, portanto, preferencial para realizar a coleta e encaminhamento dos vestígios para análise.
- c) Errada. Aqui é descrito o procedimento chamado de “isolamento”, entretanto, essa descrição se refere ao processo de “acondicionamento”. O termo “isolamento” é tecnicamente usado para se referir às ações tomadas para manter a cena do crime isolada para evitar contaminação ou alteração dos vestígios, enquanto o “acondicionamento” se refere especificamente ao embalamento de cada vestígio coletado. Portanto, há um erro na terminologia.
- d) Certa. Ilustra as situações que podem iniciar a cadeia de custódia, destacando a importância tanto da preservação do local do crime quanto da detecção dos vestígios.

e) Certa. Expressa de forma clara o que implica o “processamento”, ou seja, a análise pericial dos vestígios em busca de obtenção de evidências relevantes para o caso.

A confusão terminológica na alternativa C poderia levar a uma interpretação incorreta das etapas essenciais da cadeia de custódia. É crucial para qualquer profissional envolvido neste campo, distinguir corretamente entre termos como “isolamento” e “acondicionamento”, dado que cada um tem implicações específicas para a integridade da investigação.

Letra c.

014. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/AUXILIAR DE PERÍCIA |TÉCNICO FORENSE/CRIMINALÍSTICA) Em relação a postulados, princípios e áreas de atuação da criminalística, julgue o item seguinte. O procedimento de anotações, fotografias, medições e observância dos demais protocolos que descrevem e retratam oficialmente a cena de um crime e os vestígios nela coletados dá origem à cadeia de custódia da prova material, conforme o princípio da documentação.



Para abordar a questão acima, é vital entender o conceito de “Cadeia de Custódia” e o “Princípio da Documentação” na área da criminalística. A cadeia de custódia é um processo que assegura a integridade física e a procedência de uma evidência criminal, desde o local do crime até sua apresentação em juízo. Este processo inclui a correta coleta, armazenamento, transporte e análise dos vestígios encontrados em uma cena de crime.

O princípio da documentação, por sua vez, é essencial para garantir a validade e a aceitação de provas materiais em processos judiciais. Ele estipula que todos os procedimentos realizados em uma cena de crime devem ser meticulosamente documentados. Isso inclui anotações, fotografias, medições e a observância de protocolos específicos. Essa documentação detalhada permite a reprodução e o entendimento exato dos métodos utilizados durante a investigação, crucial para a manutenção da cadeia de custódia.

No que se refere ao item da questão, a afirmativa está correta ao vincular o procedimento de documentação detalhada (anotações, fotografias, medições e cumprimento de protocolos) à origem da cadeia de custódia da prova material. Essa prática é fundamental para assegurar que as evidências coletadas na cena do crime permaneçam íntegras e confiáveis ao longo de todo o processo legal.

Assegurar que todos os procedimentos na cena de um crime estão devidamente documentados é essencial não só para a investigação imediata, mas também para possíveis revisões futuras do caso. A cadeia de custódia sustenta a confiabilidade das evidências, sendo crucial para o resultado justo no sistema de justiça criminal.

Certo.

015. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA |PERITO CRIMINAL |PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. A cadeia de custódia inicia-se após a etapa de preservação do local do crime, com a efetiva coleta dos vestígios relacionados ao delito.



A questão aborda a cadeia de custódia no contexto da investigação e processamento de cenas de crime. A cadeia de custódia é um procedimento essencial para manter a integridade física e legal das evidências coletadas em uma cena de crime. Portanto, é importante entender os conceitos envolvidos na questão para responder corretamente.

Princípios Básicos:

1. Preservação do local do crime: É o primeiro passo no processo de investigação de uma cena de crime. Durante esta fase, o objetivo principal é evitar que as provas sejam contaminadas, destruídas ou alteradas.
2. Início da cadeia de custódia: A cadeia de custódia não começa apenas com a coleta dos vestígios; ela começa assim que qualquer evidência é identificada e manuseada, mesmo antes de sua coleta física. Isso inclui a documentação da localização exata dos vestígios e todas as ações realizadas com esses itens desde o momento em que são encontrados até sua conclusão na justiça.

A afirmação do item sugere que a cadeia de custódia inicia-se somente após a coleta dos vestígios, o que é incorreto. A cadeia de custódia começa de fato a partir do momento em que os vestígios são identificados e seguidos de procedimentos que visam preservar sua integridade e autenticidade antes, durante e após a coleta propriamente dita.

Portanto, a cadeia de custódia inicia-se no momento em que se identifica uma evidência como parte do processo de investigação, o que inclui a fase de preservação do local do crime e antes da coleta efetiva dos vestígios.

A compreensão correta do início da cadeia de custódia é crucial para garantir a admissibilidade das provas em processos judiciais, pois qualquer falha nesse processo pode resultar na inutilização das evidências coletadas.

Errado.

016. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. Constituem etapas internas da cadeia de custódia a classificação, a guarda e a análise pericial dos vestígios coletados no local de crime.



A questão aborda o entendimento das etapas internas da cadeia de custódia, que é fundamental para garantir a integridade e a validade legal das evidências coletadas em uma cena de crime. Para responder adequadamente, é essencial compreender o que constitui a cadeia de custódia e quais são suas etapas internas.

A cadeia de custódia refere-se ao processo documentado que registra a posse, a transferência, a análise e a disposição do material que pode ser usado como prova em um processo judicial. O objetivo da cadeia de custódia é manter e demonstrar a integridade contínua das evidências coletadas. Importante destacar que as etapas internas da cadeia envolvem:

1. Classificação: Identificação e categorização dos vestígios coletados conforme sua natureza e relevância para o caso.
2. Guarda: Refere-se ao armazenamento seguro dos vestígios em um ambiente controlado, evitando contaminação, perda ou alteração.
3. Análise pericial: Consiste na avaliação técnica dos vestígios por profissionais qualificados, tais como peritos, que determinam suas características, origem e possíveis relações com o crime.

As etapas mencionadas são essenciais para manter a integridade das provas e garantir que o material evidenciário seja confiável para uso em processos legais. Portanto, a afirmação do item corresponde a uma descrição precisa das etapas internas da cadeia de custódia. Entendendo esse processo, compreende-se a importância de todas as etapas para assegurar que as provas sejam consideradas autênticas e fidedignas no decorrer das investigações e julgamentos.

Certo.

017. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA |PERITO CRIMINAL |PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Considere-se que uma equipe policial tenha comparecido a uma ocorrência de furto de residência por meio do rompimento de uma das portas com um pé de cabra, que foi abandonado no local e devidamente apreendido, e que, em entrevista ao proprietário da residência, tenha constatado a subtração de um veículo automotor, algumas joias de família e vários equipamentos de informática. Além disso, fora encontrado um bilhete manuscrito por um dos autores com ameaças à família, caso essa acionasse a polícia. Levando-se em conta a situação hipotética em análise, com base nas disposições referentes ao exame de corpo de delito e às outras perícias previstas no Código de Processo Penal, julgue o item seguinte. O rompimento do obstáculo caracteriza corpo de delito para fins de exame pericial, que é indispensável, salvo se houverem desaparecido os vestígios.



Para a resolução desta questão é crucial entender o conceito de “corpo de delito” no contexto do Código de Processo Penal. Corpo de delito refere-se a qualquer vestígio material resultante de uma infração penal. No cenário descrito, o rompimento da porta com um pé de cabra, que é uma ação resultante do crime de furto, produziu vestígios materiais (danos à porta), claramente visíveis e analisáveis.

De acordo com o Código de Processo Penal, especificamente no artigo 158, é afirmado que quando a infração deixa vestígios, é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, que só pode ser suprido pela confissão do acusado caso os vestígios tenham desaparecido. No caso hipotético apresentado, os vestígios do crime (rompimento do obstáculo) ainda existem e, portanto, se enquadram na exigência de realização de exame pericial como corpo de delito.

Além disso, é relevante compreender que o conceito de corpo de delito vai além da presença física do corpo em crimes contra a pessoa, abrangendo qualquer resquício que comprove a materialidade do delito em questões criminais diversas, como é o caso do furto com rompimento de obstáculo. A situação descreve um cenário onde os vestígios são evidentes e comprometem a integridade do local, reforçando a necessidade do exame pericial para comprovação do delito e identificação dos responsáveis.

Certo.

018. (INSTITUTO AOCP/2023/PC-GO/ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um Princípio da Perícia Criminalística.

- a) Segundo o Princípio da Análise, inexistem ações que não resultem em marcas de provas, sabendo-se, ainda, que são notórias a evolução e pesquisa do instrumental científico capaz de detectar esses vestígios ou mesmo microvestígios.
- b) O Princípio da Documentação baseia-se na Cadeia de Custódia da prova material, visando proteger a fidelidade da prova material, evitando a consideração de provas forjadas, incluídas no conjunto das demais.
- c) Pelo Princípio da Observação, conclui-se que a análise pericial deve sempre seguir o método científico da perícia científica, visando definir como o fato ocorreu através de uma criteriosa coleta de dados.
- d) O Princípio da Interpretação aduz que o resultado de um exame pericial é constante em relação ao tempo e deve ser exposto em linguagem ética e juridicamente perfeita.
- e) Pelo Princípio da Descrição, toda amostra deve ser documentada, desde seu nascimento no local de crime até sua análise e descrição final, de forma a se estabelecer um histórico completo e fiel de sua origem.



Para entender a questão, é fundamental conhecer os princípios básicos da perícia criminalística. A perícia é um conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a auxiliar a justiça, fornecendo provas materiais que possam esclarecer fatos ou circunstâncias sob investigação. Cada princípio mencionado nas alternativas tem um papel fundamental na prática pericial.

A alternativa A menciona o “Princípio da Análise”, que se baseia na ideia de que nenhuma ação ocorre sem deixar vestígios. Este princípio é crucial em criminalística pois destaca a capacidade técnica e científica de identificar esses vestígios, mesmo quando são muito pequenos (microvestígios). A evolução dos métodos de detecção ainda reforça que, com o avanço tecnológico, cada vez menos ações resultam em marcas indetectáveis.

As alternativas B, C, D e E apresentam princípios relacionados, mas não aplicam corretamente os conceitos a um princípio específico conforme conhecido na literatura da criminalística. A alternativa B, por exemplo, se confunde ao associar diretamente o Princípio da Documentação exclusivamente à Cadeia de Custódia; embora a cadeia de custódia seja cruciais para garantir a fidelidade das provas, há uma distinção mais ampla e complexa envolvendo a documentação de todas as provas e procedimentos periciais que vai além da cadeia de custódia.

A compreensão dos princípios da perícia criminalística é essencial não apenas para a atuação prática dos profissionais da área, mas também para aqueles que se preparam para exames e concursos que cobram esse conhecimento. A resposta correta, segundo o princípio apresentado na alternativa A, reflete a importância da análise técnica e científica das provas, um fundamento que permeia toda a atuação pericial.

Letra a.

019. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO CRIMINAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) De acordo com o Código de Processo Penal, a cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas:

I – Coleta: ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.

II – Fixação: descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.

III – Acondicionamento: procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.

IV – Recebimento: ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu.

V – Descarte: procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente, independentemente de autorização judicial.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

- a) I, II e III.
- b) II, III e V.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, III e V.
- e) I, II, III e IV.



Para resolver esta questão, é fundamental compreender as etapas que compõem a cadeia de custódia dentro do contexto do Código de Processo Penal, e avaliar a corretude das afirmações dadas.

I – Certa. Este item é correto ao definir que a coleta é o ato de recolher um vestígio para análise pericial, respeitando suas características e natureza. Este é um passo fundamental, pois a maneira como o vestígio é coletado pode afetar as análises posteriores.

II – Certa. Também correto, pois descreve a necessidade de uma documentação detalhada do vestígio conforme encontrado, seja no local do crime ou no corpo de delito, usando métodos como fotografias, filmagens ou croquis, e a importância da descrição minuciosa no laudo pericial.

III – Certa. Correto ao afirmar que cada vestígio deve ser embalado de forma individualizada, de acordo com suas características para garantir que não haja contaminação ou alteração, e que devem ser anotadas informações como data, hora e responsável pela coleta e acondicionamento.

IV – Certa. Este item descreve corretamente o procedimento formal de transferência de posse do vestígio, incluindo todas as informações necessárias que devem ser documentadas para garantir a integridade e rastreabilidade do material recebido.

V – Certa. Este item é onde poderia surgir uma dúvida, mas ele está corretamente descrito ao mencionar que o descarte do vestígio deve respeitar a legislação vigente, embora mencione ‘independentemente de autorização judicial’, o que é uma prática correta após cumpridas todas as etapas legais e processuais necessárias e após a conclusão do uso judicial do vestígio. Ao contrário do que algumas interpretações podem sugerir, não implica um descarte irresponsável ou não regulamentado.

Com base na análise dos itens, todas as etapas apresentadas estão corretas em relação ao que é esperado numa cadeia de custódia eficaz e de acordo com práticas legais.

A compreensão de cada estágio da cadeia de custódia é essencial para garantir que a integridade do vestígio coletado em uma cena de crime seja mantida até a sua eventual análise e utilização em um contexto judicial. Qualquer falha nesse processo pode comprometer a evidência e, por extensão, o caso todo.

Letra e.

020. (CESPE/CEBRASPE/2023/TJ-CE/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA: JUDICIÁRIA/CRIMINALÍSTICA)

Em relação à cadeia de custódia, assinale a opção correta.

- a) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, ainda que necessária a realização de exames complementares.
- b) É permitida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de vestígios de locais de crime, antes de sua liberação pelo perito responsável.
- c) Todas as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado deverão ser identificadas, e também deverão ser registradas a data e a hora do acesso.
- d) É do órgão estatal, e não do agente público, a responsabilidade pela preservação de elemento de potencial interesse para a produção da prova pericial, ainda que o próprio agente o tenha reconhecido como tal.
- e) Descarte é o procedimento referente à liberação do vestígio e depende, em qualquer caso, de autorização judicial específica.



Para responder corretamente a essa questão é essencial compreender o conceito de “Cadeia de Custódia” no contexto da criminalística. A cadeia de custódia é o processo pelo qual se garante a preservação e a integridade das provas desde o momento de sua coleta até a sua utilização em juízo. Isso envolve rastrear a custódia física e a propriedade dos itens de evidência, registro detalhado de quem coletou, manuseou, transportou e armazenou as provas, além de quando e onde isso ocorreu.

Analisando as alternativas:

- a) Errada. Embora os vestígios normalmente devem ser coletados por peritos oficiais, existem situações em que outros profissionais podem realizar essa coleta, desde que devidamente capacitados e autorizados.
- b) Errada. Não é permitida a entrada em locais isolados nem a remoção dos vestígios antes da liberação pelo perito responsável. Isso prejudicaria a integridade e a possível utilização da prova em processos judiciais.

- c) Certa. Reflete a essência do controle na cadeia de custódia. O registro de todas as pessoas que acessam as provas é crucial para assegurar que a integridade das mesmas seja mantida, prevenindo qualquer possibilidade de contaminação ou adulteração.
- d) Errada. A responsabilidade pela preservação do elemento de potencial interesse probatório é tanto do órgão estatal quanto do agente público envolvido na sua coleta ou manuseio.
- e) Errada. O procedimento de descarte de um vestígio não necessariamente depende de uma autorização judicial específica; depende do contexto e da natureza do vestígio.

Letra c.

021. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Nos termos da legislação processual penal, os instrumentos empregados para a prática da infração serão sujeitos a exame para qual finalidade?

- a) Garantir a rastreabilidade.
- b) Verificar a natureza dos instrumentos e a sua eficiência.
- c) Assegurar a cadeia de custódia.
- d) Permitir a ampla defesa.
- e) Verificar a licitude dos instrumentos.



Para responder adequadamente a essa questão, é fundamental conhecer o conceito de exame de instrumentos dentro do contexto da legislação processual penal. Os instrumentos empregados na prática de uma infração são todos os objetos utilizados pelo agente durante a execução do crime. O exame desses instrumentos pode revelar informações cruciais para a investigação e posterior processo judicial, como a forma como foram utilizados e se foram de fato os instrumentos utilizados no crime.

Para chegar na resposta correta, devemos analisar qual das alternativas melhor reflete a finalidade de tais exames conforme preconizados pela legislação processual penal. A alternativa b) menciona “verificar a natureza dos instrumentos e a sua eficiência”, o que é precisamente um dos objetivos dos exames realizados pela perícia criminal. Este exame pode estabelecer, por exemplo, se uma arma de fogo tem calibre ou características que correspondem aos ferimentos observados numa vítima ou se uma ferramenta pode ter sido usada para forçar a entrada em um local.

As outras alternativas, embora relacionadas com procedimentos legais e técnicas forenses, não se alinham diretamente com a especificidade da questão que foca na análise técnica detalhada dos instrumentos usados na infração.

Letra b.

022. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Um Agente Auxiliar de Perícia Oficial do estado do Paraná, ao realizar serviços relativos à necropsia sob a orientação dos Médicos Legistas, localizou dois projéteis de arma de fogo alojados no corpo de um cadáver em bom estado de conservação, sem perda de material e ausente de deformações aparentes. No laboratório de balística forense, os projéteis foram avaliados em equipamentos de comparação balística e o Perito Criminal responsável pela análise concluiu que projéteis foram disparados pela mesma arma de fogo. Acerca do exposto e dos princípios criminalísticos, assinale a alternativa correta.

- a) É possível aferir o calibre dos projéteis encontrados e identificar a marca e o modelo da arma de fogo usada no crime.
- b) O Perito Criminal que realizou o atendimento no local do crime deveria ter usado uma pinça para buscar e remover os projéteis do interior do corpo antes de liberar o local de crime.
- c) Segundo o princípio Criminalístico da interpretação de Paul Kirk, dois projéteis disparados pela mesma arma de fogo, por mais indistinguíveis que sejam, apresentarão compatibilidades nos sinais neles impressos que possibilitarão concluir que foram disparados pela mesma arma de fogo, mas não serão idênticos.
- d) O princípio da documentação, que é a base da cadeia de custódia, indica que os projéteis devem ser armazenados no mesmo lacre e em contato para evitar perdas do material e facilitar o rastreamento dos vestígios.
- e) O exame de comparação balística busca compatibilidades entre as raia e as microestrias impressas nos projéteis decorrentes do contato com a alma do cano após a realização do tiro. A marca transferida por contato corresponde ao princípio de Edmond Locard, denominado princípio da descrição.



Princípio criminalístico de interpretação, particularmente o princípio de Paul Kirk.

Paul Kirk foi um dos mais influentes criminalistas do século XX, e um dos seus princípios mais conhecidos é o conceito de que “cada contato deixa uma marca”, o que se expande para a análise de projéteis em um contexto forense. Especialmente na balística forense, este princípio é utilizado para analisar os sinais impressos em projéteis para determinar se foram disparados pela mesma arma.

Detalhamento da resposta:

A alternativa C afirma que dois projéteis disparados pela mesma arma de fogo, ainda que indistinguíveis a olho nu, apresentarão compatibilidades nos sinais neles impressos que possibilitarão concluir que foram disparados pela mesma arma de fogo. Isso está em alinhamento completo com os princípios de balística forense, onde cada arma de fogo deixa

marcas características únicas nos projéteis que dispara, devido às raias e sulcos presentes no interior do cano. Estas marcas são como uma “assinatura” da arma, e mesmo que cada disparo resulte em micro-variações, o padrão geral das marcas permite a identificação e associação de projéteis a uma arma específica.

Essa correlação é essencial na análise criminal, pois permite estabelecer laços entre projéteis encontrados em diferentes cenas de crime ou, como neste caso, dentro de um corpo, com a arma utilizada, ajudando significativamente nas investigações de casos de homicídio ou outros delitos envolvendo o uso de armas de fogo.

As outras alternativas não estão corretas por diversos motivos: A opção A é imprecisa porque, embora possível determinar o calibre, não se pode precisamente identificar a marca e o modelo da arma apenas pelos projéteis. A opção B traz uma prática incorreta no manuseio dos projéteis. A opção D introduz uma confusão no que diz respeito ao armazenamento e manutenção da integridade dos projéteis. Finalmente, a opção E confunde princípios e processos dentro da análise forense.

Letra c.

023. (CESPE/CEBRASPE/2023/PC-AL/DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Em relação ao processo penal brasileiro, julgue o item seguinte. A quebra na cadeia de custódia da prova resulta, necessariamente, em nulidade absoluta, tornando inadmissível a prova produzida.



Para abordar esta questão, é crucial entender o conceito e a importância da cadeia de custódia dentro do processo penal. A cadeia de custódia refere-se ao processo documentado que registra a posse, manuseio, transferência e condições de armazenamento dos materiais probatórios em investigações criminais desde o momento de sua coleta até sua apresentação em juízo. Isso é essencial para garantir a integridade e a autenticidade das provas.

A quebra na cadeia de custódia não implica automaticamente a nulidade absoluta da prova. Segundo o Art. 158 do Código de Processo Penal (CPP), em sua nova redação dada pela Lei n. 13.964/2019, que trata das mudanças relativas à cadeia de custódia, entende-se que a irregularidade na cadeia de custódia pode afetar a credibilidade ou admissibilidade da prova, mas cada caso deve ser avaliado individualmente. Nulidade absoluta é uma consequência drástica e aplica-se a violações mais sérias e impactantes no direito de defesa.

A quebra na cadeia de custódia pode levar à nulidade relativa se comprovado prejuízo à parte. O juiz deve avaliar em que medida as irregularidades na cadeia de custódia comprometem a veracidade e a integridade da prova no contexto daquele processo específico.

Errado.

024. (FUNDATEC/2024/AL-RS/AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA/CRIMINALÍSTICA) Assinale a alternativa correta em relação à cadeia de custódia da prova.

- a) O início da cadeia de custódia dá-se com a inserção da prova em processo ou com procedimentos judiciais para sua produção.
- b) Considera-se cadeia de custódia um ato processual realizado para fins de privação da liberdade do indiciado de forma preventiva.
- c) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial deverá se reportar à autoridade policial para indicação de responsável por sua preservação.
- d) Em razão da sigilosidade do procedimento probatório preliminar, as pessoas que tiverem acesso ao vestígio armazenado não deverão ser identificadas.
- e) A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio em determinadas etapas.



Para compreender a questão sobre a cadeia de custódia da prova, é essencial primeiro entender o conceito de “cadeia de custódia”. Cadeia de custódia refere-se ao processo pelo qual se mantém e documenta a cronologia do manuseio, armazenamento ou transferência de uma prova durante o processo de investigação e procedimento judicial. Este conceito é crucial para assegurar que a integridade e a autenticidade da prova sejam mantidas, permitindo que estas sejam aceitas em um tribunal.

As alternativas apresentadas abordam diferentes aspectos que podem ser confundidos com a cadeia de custódia:

- a) Errada. Indica que a cadeia de custódia inicia com a inserção da prova em processo ou com procedimentos judiciais para sua produção. Isso é impreciso, pois a cadeia de custódia começa a partir do momento em que a prova é coletada no local do crime.
- b) Errada. Descreve a cadeia de custódia de forma incorreta, relacionando-a com atos processuais para privação da liberdade do indiciado, o que não tem relação direta com o conceito.
- c) Errada. Menciona que o agente público deve reportar à autoridade policial para preservação da prova, mas não cobre integralmente o conceito de rastreamento e documentação contínuos.
- d) Errada. Fala sobre a sigilosidade e a não identificação das pessoas que acessam o vestígio, o que vai contra o princípio básico da cadeia de custódia, onde todos que manuseiam a prova devem ser devidamente registrados.
- e) Certa. Corretamente descreve que a cadeia de custódia inclui o rastreamento do vestígio em todas as suas etapas. Isso encapsula os princípios de registro, manuseio e documentação precisos para manter a integridade da prova.

Portanto, a alternativa e) é a que corretamente define o conceito de cadeia de custódia, abrangendo o rastreamento e a documentação do vestígio em todas as etapas do processo. Ao lidar com questões de criminalística, é fundamental atentar para a precisão técnica e a compreensão do vocabulário específico da área. A cadeia de custódia é um dos pilares na manutenção da integridade das provas, sendo essencial para a justiça do processo criminal.

Letra e.

025. (IDECAN/2024/SAP-CE/POLICIAL PENAL/CRIMINALÍSTICA) Fundamentado na Lei n. 13.964/19, que abarca o Pacote Anticrime, aperfeiçoando a legislação penal e processual penal, assinale a alternativa correta.

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada provisoriamente perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição e caducidade.
- b) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.
- c) Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação.
- d) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- e) Todos os Institutos de Criminalística poderão ter uma central de custódia destinada à guarda e controle dos vestígios, e sua gestão pode ser vinculada diretamente ao órgão central de perícia oficial de natureza criminal.



Para entender e resolver esta questão sobre a “Cadeia de Custódia”, é essencial ter conhecimento sobre como esta é definida e qual é seu papel dentro do contexto das investigações criminais. A cadeia de custódia refere-se ao processo pelo qual a evidência coletada em uma cena de crime é documentada e preservada, garantindo sua integridade para uso em um tribunal.

A opção d) descreve corretamente o conceito de cadeia de custódia como “o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”. Este procedimento é fundamental para garantir que não haja contaminação ou manipulação das provas, o que poderia comprometer todo o processo legal subsequente.

As demais alternativas, embora relacionadas à legislação penal e processual penal, não discutem diretamente a cadeia de custódia ou estão incorretas em relação ao tema específico proposto pela questão:

- a) Discute a execução de multas após a sentença condenatória, o que não está relacionado diretamente com o processo de cadeia de custódia.
- b) Refere-se ao tempo máximo de cumprimento de penas privativas de liberdade, que é irrelevante para a cadeia de custódia.
- c) Aborda o procedimento de arquivamento do inquérito policial, que também não se conecta diretamente com a cadeia de custódia.
- e) Discute a gestão de uma possível central de custódia dentro dos Institutos de Criminalística, mas não abrange a definição ou os procedimentos da cadeia de custódia em si.

Letra d.

026. (CESPE/CEBRASPE/2022/PC-RJ/DELEGADO DE POLÍCIA/CRIMINALÍSTICA) No dia 1º/1/2022, Bruna compareceu à delegacia de atendimento à mulher em Cabo Frio – RJ, pois estava sentindo dores na região da genitália. Em seu depoimento, relatou que, no dia anterior, estava na casa de amigos, celebrando o Ano Novo, ocasião na qual conheceu Juan, com quem se recordava de ter conversado. Ela afirmou que, em determinado momento, fora levada por Juan para um quarto, ficando os dois a sós, e, embora estivesse sonolenta naquela situação, não havia consentido com a prática de qualquer tipo de ato com conotação sexual. Ela ainda relatou à delegada que havia ingerido apenas bebida alcoólica, que não havia feito uso de medicamentos e que não se lembrava de como retornara para sua residência. Sem ter havido perícia no local dos fatos, a delegada de polícia imediatamente encaminhou Bruna para a realização de exame de corpo de delito. O perito legista relatou equimoses nos seios, na região lateral do quadril e na região cervical de Bruna, tendo recolhido uma amostra de sangue dela, em que foi constatada a presença de fenobarbital, e uma amostra de material da cavidade vaginal, em que ficou evidenciada a presença de antígeno prostático específico e de material genético no sêmen coletado, encaminhados para exame logo em seguida.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições do Código de Processo Penal acerca do exame de corpo de delito e da cadeia de custódia, bem como consoante o regramento previsto pela Lei n. 14.069/2021, pelo Decreto n. 7.950/2013 e pela Lei n. 12.037/2009, a delegada de polícia responsável pela investigação deverá

- a) recorrer ao Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, como única forma de identificação do autor da violência sexual contra Bruna, a partir do material coletado no exame de corpo de delito.

- b) determinar a juntada, ao inquérito policial, da confirmação da identificação criminal eventualmente obtida a partir dos dados contidos no Banco Nacional de Perfis Genéticos, após fazer ampla e deliberada divulgação sobre estes na imprensa, uma vez que tais dados são públicos e não sigilosos.
- c) considerar a imprestabilidade dos vestígios, uma vez que não houve perícia no local do crime, único momento no qual os vestígios poderiam ter sido reconhecidos, fixados e coletados para possibilitar eventual exame de confronto genético.
- d) determinar a juntada, ao inquérito policial, do laudo pericial assinado por perito oficial devidamente habilitado, caso seja constatada a coincidência de perfis genéticos entre os dados da amostra coletada do material vaginal e os que constem no Banco Nacional de Perfis Genéticos.
- e) seguir a determinação do membro do Ministério Público quanto ao tratamento a ser dado ao vestígio coletado, feita em manifestação individual nos autos do inquérito policial, em detrimento das ordens técnicas exaradas pelo órgão central de perícia oficial de natureza criminal.



A questão aborda a importância do exame de corpo de delito e a cadeia de custódia conforme legislação pertinente, essencial para a validade dos vestígios coletados em uma investigação criminal, e a utilização dos resultados em confronto com bancos de dados já existentes. Para entender essa questão, é necessário ter conhecimento sobre o que rege o Código de Processo Penal e as leis específicas como a Lei n. 14.069/2021 sobre a cadeia de custódia, a Lei n. 12.037/2009 sobre identificação criminal, e o Decreto n. 7.950/2013. Essas leis garantem a integridade do processo de coleta e análise de evidências para que estas sejam usadas com eficácia no processo judicial.

Detalhando, o exame de corpo de delito direto foi realizado corretamente e dentro do prazo possível, colhendo-se vestígios relevantes para a investigação da violência sexual, como o antígeno prostático específico e DNA no sêmen achado. O material coletado foi enviado para análise, o que se alinha com as regras da cadeia de custódia que visa a preservar a integridade e a rastreabilidade das evidências desde a coleta até a sua análise em laboratório e sua eventual utilização em juízo.

No caso em apreço, a delegada de polícia, após receber os resultados do exame que indiquem coincidência entre os perfis genéticos da amostra coletada e os registros no Banco Nacional de Perfis Genéticos, deve proceder com a juntada dessas informações ao inquérito policial. A juntada do laudo pericial, documento produzido por perito oficial habilitado, é importante para confirmar cientificamente a autoria do delito investigado. Tal ação está em perfeita consonância com o procedimento legal e técnico exigido.

A alternativa D é a correta, pois reflete adequadamente o procedimento que a autoridade policial deve seguir conforme a legislação vigente e as melhores práticas em investigações de crimes, especialmente em casos sensíveis como de violência sexual, onde a precisão e a fidelidade da cadeia de custódia dos vestígios são cruciais para a justiça.

Letra d.

027. (UFMT/2022/POLITEC-MT/PERITO OFICIAL MÉDICO-LEGISTA/CRIMINALÍSTICA) Para exercer as funções periciais, o médico tem que ser preciso, explicar os fatos e concluir o laudo por meio da verdade, não omitindo qualquer detalhe. A respeito de conceitos e definições básicas da prática diária na medicina legal, numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

1. Perícia Percipiendi
2. Perícia Deducendi
3. Prova
4. Corpo de Delito
5. Cadeia de Custódia

- () Elemento demonstrativo da veracidade de um fato.
- () Apreciação de uma perícia já realizada.
- () Análise técnica e científica de um fato, através da avaliação das alterações produzidas pelas energias causadoras do dano.
- () Conjunto dos elementos sensíveis do dano causado pelo fato delituoso e base de todo procedimento processual.
- () Registro em documento da movimentação dos elementos da prova quando do seu envio, conservação e análise nos laboratórios.

Assinale a sequência correta

- a) 4, 1, 2, 3, 5
- b) 2, 1, 3, 4, 5
- c) 1, 2, 3, 5, 4
- d) 3, 2, 1, 4, 5
- e) 5, 4, 3, 2, 1



Para entender a resolução dessa questão, é necessário conhecer os conceitos fundamentais abordados na pergunta, como “Perícia Percipiendi”, “Perícia Deducendi”, “Prova”, “Corpo de Delito” e “Cadeia de Custódia”.

1. Perícia Percipiendi refere-se ao trabalho do perito que percebe, isto é, examina e colhe os dados no local do fato.

2. Perícia Deducendi envolve a análise e interpretação dos dados colhidos, normalmente realizada por um perito que não estava no local, mas que deduz conclusões a partir das provas e informações coletadas.
3. Corpo de Delito compreende o conjunto de elementos materiais resultantes do crime.
4. Prova é qualquer meio legítimo usado para demonstrar a veracidade de um fato no processo judicial.
5. Cadeia de Custódia trata-se da documentação e rastreamento de todos os movimentos e locais por onde passa a evidência, desde sua coleta até sua análise final.

Analizando as opções de associação:

- “Análise técnica e científica de um fato.”: corresponde à “Perícia Percipiendi” (3).
- “Apreciação de uma perícia já realizada.”: corresponde à “Perícia Deducendi” (2).
- “Elemento demonstrativo da veracidade de um fato.” se enquadra na descrição de “Prova” (1).
- “Conjunto dos elementos sensíveis do dano causado pelo fato delituoso.”: trata-se do “Corpo de Delito” (4).
- “Registro em documento da movimentação dos elementos da prova.” se refere claramente à “Cadeia de Custódia” (5).

Usando essas associações, a sequência correta das definições fornecidas na coluna da esquerda em relação à coluna da direita é:

- (3) Perícia Percipiendi.
- (2) Perícia Deducendi.
- (1) Prova.
- (4) Corpo de Delito.
- (5) Cadeia de Custódia.

Letra d.

028. (FGV/2022/SEAD-AP/TÉCNICO PERICIAL/CRIMINALÍSTICA) Acerca dos locais de crime, analise as afirmativas a seguir.

- I – Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- II – O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- III – O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.
- IV – Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



Para responder corretamente esta questão, é essencial entender o conceito de “cadeia de custódia” e o papel dos vestígios em uma investigação criminal. Cadeia de custódia refere-se aos procedimentos usados para manter e documentar o rastro cronológico de um vestígio coletado em locais de crime ou de vítimas de crimes, garantindo que não haja adulteração ou manipulação e que o mesmo possa ser utilizado validamente como prova em um processo judicial.

Análise das Afirmativas

I – Certa. Define acertadamente o que é cadeia de custódia, incluindo sua importância em rastrear a posse e manuseio dos vestígios desde sua coleta até o descarte.

II – Certa. O início da cadeia de custódia ocorre com a preservação do local do crime, momento em que qualquer vestígio pode ser identificado e deve ser protegido e documentado, iniciando assim seu rastreamento.

III – Certa. Destaca a responsabilidade do agente público que primeiro identifica um potencial vestígio no local do crime. Este agente tem a obrigação de garantir sua preservação até que possa ser devidamente coletado e documentado, mantendo a integridade da cadeia de custódia.

IV – Certa. Define adequadamente o termo “vestígio” como qualquer objeto ou material relacionado à infração penal, seja visível ou latente, categorização fundamental para a correta compreensão do escopo de evidências que podem ser consideradas em uma investigação criminal.

Todas as afirmativas estão corretas e consistentes com o conceito e a prática da cadeia de custódia em locais de crime.

As afirmações detalham todos os aspectos cruciais da cadeia de custódia e sua aplicabilidade em locais de crimes, incluindo a responsabilidade dos agentes envolvidos e a definição de vestígios. Entender esses conceitos é vital para a correta manutenção da integridade das provas, que são essenciais para o judiciário.

Letra e.

029. (FGV/2022/SEAD-AP/TÉCNICO PERICIAL/CRIMINALÍSTICA) Em relação à cadeia de custódia, associe as etapas de rastreamento do vestígio às respectivas definições.

I – Reconhecimento

II – Isolamento

III – Descarte

- () procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.
- () ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.
- () ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3
- b) 1 – 3 – 2
- c) 2 – 3 – 1
- d) 2 – 1 – 3
- e) 3 – 1 – 2



Este exercício requer o conhecimento sobre os diferentes estágios que compõem a cadeia de custódia em um contexto forense. A cadeia de custódia é um procedimento crítico para garantir a integridade dos vestígios encontrados em uma cena de crime, assegurando que suas propriedades não sejam alteradas desde o reconhecimento até o uso como prova em um processo judicial.

1. Reconhecimento (I): Este é o primeiro passo na cadeia de custódia, onde se identifica e reconhece um objeto ou vestígio no local do crime que pode ter significância forense. Deve-se atentar para distinguir elementos que possam contribuir para a investigação e posterior processo judicial.

2. Isolamento (II): Após identificar os vestígios relevantes, o próximo passo é isolar a área. Isso implica em preservar o local de crime sem alteração, protegendo o ambiente imediato e mediato onde o vestígio foi encontrado. O isolamento é crucial para evitar contaminações ou alterações que possam comprometer as provas.

3. Descarte (III): O descarte não se refere ao descarte impróprio de evidências, mas ao procedimento de liberação dos vestígios após serem devidamente analisados e documentados, seguindo a legislação e, quando necessário, com autorização judicial. Este passo garante que o manejo das evidências continua a respeitar os requisitos legais e éticos até sua conclusão.

Para a questão fornecida, as definições associadas são:

- (III) é relacionado ao “procedimento referente à liberação do vestígio...”
- (I) se encaixa na descrição do “ato de distinguir um elemento como de potencial interesse...”
- (II) se alinha ao “ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente...”

Portanto, a combinação correta, seguindo as etapas de Reconhecimento, Isolamento e Descarte, é apresentada na alternativa e).

Letra e.

030. (FGV/2022/SEAD-AP/AUXILIAR TÉCNICO PERICIAL/TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TÉCNICO EM FARMÁCIA/CRIMINALÍSTICA) No que tange aos exames de local de crime, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- b) Os vestígios coletados no decurso do inquérito policial ou processo criminal receberão tratamento diferenciado, devendo apenas estes últimos observarem as regras processuais previstas no Código de Processo Penal, uma vez que o inquérito policial é orientado pela informalidade.
- c) É proibida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime, antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.
- d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- e) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.



Para responder corretamente à questão, é preciso entender o conceito de cadeia de custódia e as regras aplicadas tanto no inquérito policial quanto no processo criminal.

A cadeia de custódia é o conjunto de procedimentos utilizados para rastrear e documentar a história cronológica de um vestígio coletado em locais de crimes ou em vítimas, desde seu reconhecimento, passando por sua coleta, armazenamento, preservação e análise, até seu eventual descarte. Este processo garante a integridade e a confiabilidade dos vestígios coletados, que podem servir como provas em um processo judicial.

No que tange às alternativas:

- a) Certa. Corretamente menciona a coleta realizada preferencialmente por perito oficial e o encaminhamento à central de custódia.
- c) Certa. Corretamente proíbe a entrada e a remoção de vestígios de locais de crime antes da autorização do perito responsável.
- d) Certa. De forma acertada indica que o exame de corpo delito e outras perícias são realizados por perito oficial.
- e) Certa. Corretamente define o que é considerado cadeia de custódia.

A alternativa incorreta é a b). Ela afirma que apenas os vestígios coletados durante o processo criminal devem observar as regras processuais do Código de Processo Penal, enquanto os coletados durante o inquérito policial, por serem mais informais, não necessitariam seguir tais regras. No entanto, mesmo no inquérito policial, onde o procedimento pode ser menos formal, todos os vestígios coletados devem observar as normas processuais para garantir sua admissibilidade como prova em qualquer fase do processo judicial. A questão da formalidade diz mais respeito aos procedimentos de investigação, mas a cadeia de custódia deve seguir rigorosamente as normas para garantir a integridade das provas em qualquer contexto.

A resposta correta é a alternativa b), pois ela apresenta uma informação equivocada sobre a aplicação das regras processuais na cadeia de custódia durante o inquérito policial e o processo criminal.

Letra b.

031. (INSTITUTO AOCP/2022/PC-GO/PAPILOSCOPISTA POLICIAL DA 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA)

João e José foram denunciados pela prática do crime de homicídio contra a pessoa de Mario, não tendo sido realizado exame de corpo de delito cadavérico, pois o cadáver jamais foi encontrado. Em juízo, João confessou a prática do crime de homicídio, dizendo, ainda, que teve a ajuda de José para o cometimento do crime. José, em seu interrogatório, permaneceu em silêncio. Corroborando a versão de João, foram ouvidas duas testemunhas de acusação. Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) O silêncio de José não importará em confissão, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.
- b) A confissão de João possui valor intrínseco superior às demais provas, devendo ser aferida pelo magistrado por critérios diferenciados em relação ao restante do conjunto probatório.
- c) Por se tratar de crime que deixa vestígio, é indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.

- d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- e) A confissão de João é indivisível, não podendo o juiz considerar apenas uma parte do que foi confessado.



Para abordar adequadamente esta questão, é importante entender o conceito de “Cadeia de Custódia” e como ele se aplica em casos que envolvem a coleta e preservação de evidências em um cenário de crime. A cadeia de custódia refere-se ao processo de documentação que prova a integridade de uma evidência desde o momento em que é coletada até sua eventual apresentação em tribunal. Isso inclui registrar quem coletou a evidência, quando, onde, e quaisquer transferências ou manipulações que ocorreram posteriormente.

Neste cenário hipotético, um exame de corpo de delito não pôde ser realizado por causa da ausência do cadáver, o que enfatiza a necessidade de outras formas de evidências, como testemunhal e confissões, para ligar os acusados ao crime.

Analisando as opções:

- a) Certa. Destaca que o silêncio de um acusado não deve ser considerado como confissão, mas pode, legalmente, ser interpretado contra sua defesa. Este entendimento está alinhado com princípios legais que protegem o direito de permanecer em silêncio, mas permitem ao júri ou juiz interpretar esse silêncio dentro do contexto das outras evidências apresentadas.
- b) e e) Erradas. Sugerem uma prevalência da confissão sobre outras evidências, o que é incorreto. A confissão é uma parte do conjunto probatório, mas não necessariamente tem valor superior ao restante das provas.
- c) Errada. Menciona a necessidade do exame de corpo de delito, direto ou indireto, mas erroneamente sugere que a confissão do acusado pode substituir esse exame. A lei exige que, em crimes que deixam vestígios, deve-se tentar um exame de corpo de delito indireto se o direto não for possível.
- d) Errada. Incorretamente sugere que a prova testemunhal pode substituir completamente o exame de corpo de delito. Embora em circunstâncias excepcionais, onde os vestígios tenham desaparecido, a prova testemunhal possa ganhar maior peso, ela não substitui a necessidade de evidências físicas.

A única opção que corretamente reflete o equilíbrio legal entre interpretação do silêncio e a utilização de outras provas no contexto jurídico é a alternativa a), que corretamente afirma que o silêncio do acusado não equivale à confissão, mas pode ser interpretado contra ele no contexto das provas apresentadas.

Letra a.

032. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/AUXILIAR DE PERÍCIA |TÉCNICO FORENSE/ CRIMINALÍSTICA) Em face das inovações legislativas relativas à cadeia de custódia da prova no Código Processual Penal brasileiro, julgue o item a seguir. A cadeia de custódia inicia-se com a preservação do local de crime ou com os procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.



Para compreender esta questão, é necessário ter conhecimento sobre o conceito de cadeia de custódia no contexto do processo penal brasileiro. Essencialmente, a cadeia de custódia consiste no conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a trajetória evidencial dos vestígios coletados em uma cena de crime, desde sua localização até a sua apresentação em juízo.

A cadeia de custódia serve para garantir a integridade e a autenticidade da prova, sendo crucial para a validação das evidências em processo judicial. Ela começa no momento em que um vestígio é encontrado e reconhecido como tal, seja no local de um crime, durante uma revista pessoal, em uma interceptação de comunicações ou em qualquer outra circunstância que envolva a coleta de possíveis provas.

Análise Detalhada:

O enunciado da questão menciona que a cadeia de custódia se inicia com a preservação do local de crime ou com os procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio. Isso está correto, pois a cadeia de custódia inicia-se exatamente no ponto de descoberta e coleta do primeiro vestígio físico que poderá ser utilizado como prova.

A preservação do local de crime é uma etapa primordial para evitar contaminação ou alteração dos vestígios, e os procedimentos policiais e periciais subsequentes visam justamente identificar, coletar e salvaguardar tais vestígios com o objetivo de que sejam utilizados de forma válida no processo judicial. Uma vez coletado, o vestígio deve ser devidamente catalogado, embalado e transportado, seguindo protocolos rígidos que previnem sua degradação ou contaminação.

Portanto, a afirmação do enunciado está alinhada com as práticas e normativas legais vigentes sobre a cadeia de custódia de provas no Brasil.

Certo.

033. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/AUXILIAR DE PERÍCIA |TÉCNICO FORENSE/ CRIMINALÍSTICA) Em face das inovações legislativas relativas à cadeia de custódia da prova no Código Processual Penal brasileiro, julgue o item a seguir. A cadeia de custódia diz respeito somente aos vestígios coletados em locais de crime, não se estendendo àqueles referentes aos vestígios provenientes dos exames periciais extrínsecos e intrínsecos.



Para a resolução desta questão, é fundamental compreender o conceito e a amplitude da cadeia de custódia no contexto do Código de Processo Penal (CPP) brasileiro. A cadeia de custódia da prova visa preservar a integridade e a veracidade dos vestígios coletados ao longo de uma investigação criminal, desde o momento de sua descoberta até sua eventual apresentação em juízo.

Aspectos abordados:

1. Definição de Cadeia de Custódia: Refere-se a todo o procedimento utilizado para documentar, coletar, manter e preservar as provas, garantindo sua integridade.
2. Abrangência dos Vestígios: A cadeia de custódia não se limita aos vestígios coletados apenas em locais de crimes. Ela engloba todos os materiais que podem servir como prova em um processo judicial, incluindo os vestígios provenientes de exames periciais tanto intrínsecos (dentro do contexto direto do crime) quanto extrínsecos (exames complementares que podem influenciar na investigação).

A afirmação do enunciado sugere erroneamente que a cadeia de custódia se limita somente aos vestígios coletados em locais de crimes. No entanto, a legislação e as normativas forenses asseguram que qualquer material que possa influenciar o resultado de um processo legal deve ser adequadamente manuseado e documentado, seguindo a cadeia de custódia. Isso inclui vestígios de exames periciais realizados posteriormente e que podem ser cruciais para a construção ou refutação de uma tese defensiva ou acusatória.

É essencial que o profissional envolvido na investigação e no manejo das provas compreenda a extensão da cadeia de custódia, assegurando assim a preservação dos vestígios em sua forma mais inalterada, independentemente de sua origem. O descumprimento destes procedimentos pode comprometer a admissibilidade da prova em juízo, afetando diretamente a justiça do processo.

Errado.

034. (POLC-AL/CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA |PERITO CRIMINAL |PERITO MÉDICO-LEGISTA |PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. A etapa da cadeia de custódia denominada de fixação compreende a descrição detalhada do vestígio tal qual esse se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames.



Para a resolução desta questão é fundamental conhecer o que se entende por “cadeia de custódia” no âmbito da criminalística. A cadeia de custódia refere-se ao processo documentado através do qual se mantém e se demonstra a integridade e a autenticidade de uma peça de evidência desde sua coleta até sua apresentação em juízo.

Dentro da cadeia de custódia, há várias etapas essenciais que são críticas para assegurar que as evidências não sejam alteradas, danificadas, ou perdidas. Uma dessas etapas é a “fixação”, que consiste, de fato, na descrição detalhada dos vestígios encontrados, exatamente como eles são descobertos em uma cena de crime. Isso inclui a localização precisa dos vestígios dentro da cena, as condições em que foram encontrados e todas características observáveis que possam ser relevantes para a investigação subsequente.

O enunciado da questão afirma que a fixação envolve a “descrição detalhada do vestígio tal qual esse se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames”. Esta é uma descrição correta do que implica a etapa de fixação dentro da cadeia de custódia. Durante a fixação, a documentação minuciosa é crucial para a preservação do contexto e das condições em que os vestígios foram coletados, elementos que são essenciais para suportar a análise forense e o valor probatório da evidência.

Portanto, avaliar este item como “Certo” está alinhado com os procedimentos padrões em criminalística relacionados à cadeia de custódia e a importância de manter a integridade das evidências desde seu ponto de coleta até sua utilização em contexto legal.

Certo.

035. (CESPE/CEBRASPE/2023/PO-AL/PAPILOSCOPISTA | PERITO CRIMINAL | PERITO MÉDICO-LEGISTA | PERITO ODONTOLEGISTA/CRIMINALÍSTICA) No que se refere à coleta de vestígios, segundo os princípios e os procedimentos estabelecidos para garantir a autenticidade e a história cronológica da prova, julgue o seguinte item. Com a realização de exame pericial no vestígio coletado no local de crime, encerra-se a cadeia de custódia e, por isso, é cabível o seu imediato descarte em face da natureza irrepitível do exame.



Para abordar a questão da cadeia de custódia, é crucial entender que se trata de um processo que assegura a integridade física e documental de evidências coletadas em uma cena de crime, desde a sua coleta até a apresentação em juízo. A cadeia de custódia serve para manter a autenticidade e a integridade dos vestígios, permitindo que a prova seja aceita no processo judicial como legítima e confiável.

Ao considerar a afirmação de que “Com a realização de exame pericial no vestígio coletado no local de crime, encerra-se a cadeia de custódia e, por isso, é cabível o seu imediato descarte em face da natureza irrepitível do exame”, devemos destacar que o encerramento da cadeia de custódia não ocorre simplesmente com a realização do exame pericial. A cadeia de custódia continua preservada durante todo o processo judicial, e é essencial para garantir que as provas apresentadas no tribunal se mantenham sem alterações ou manipulações.

Além disso, o descarte imediato dos vestígios não é uma prática recomendada. Mesmo após a perícia, os vestígios devem ser preservados para possíveis reexames ou contraprovas por outras partes do processo judicial. O direito de revisão e reanálise da prova é fundamental para manter a justiça do processo. Portanto, a afirmação proposta na questão é incorreta, pois a cadeia de custódia deve ser mantida, e o material coletado precisa ser guardado até que o processo seja definitivamente concluído.

É fundamental para todos que atuam na área criminal entender claramente os procedimentos associados à cadeia de custódia para evitar quaisquer erros que possam comprometer a validade das provas em um processo judicial. A preservação integral das evidências é crucial para a administração da justiça.

Errado.

036. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL |PERITO TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL |PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL |PERITO CRIMINAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) Acerca da preservação do local do crime, analise os itens abaixo:

I – Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

II – A preservação do local do crime é uma das formas de se dar o início da cadeia de custódia.

III – O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.



Para resolver esta questão, é importante ter um conhecimento aprofundado sobre a Cadeia de Custódia e a preservação de locais de crime, conforme é abordado em disciplinas de Criminalística.

I – O primeiro item define “vestígio” como qualquer objeto ou material, visível ou latente, relacionado à infração penal. Este é um princípio básico em Criminalística, onde os vestígios encontrados em um local de crime são fundamentais para a elucidação dos fatos, podendo ser desde impressões digitais até restos de tecidos ou fluidos corporais.

II – O segundo item destaca a preservação do local do crime como ponto de partida para a Cadeia de Custódia. Isso é essencial para garantir que os vestígios coletados sejam

manipulados e preservados de forma correta, assegurando a integridade e a autenticidade das provas que serão apresentadas em juízo. Dessa forma, essa preservação inicial é crucial para manter a confiabilidade de todo o processo investigativo.

III – Por fim, o terceiro item menciona que o agente público que reconhecer um elemento como potencialmente importante para a prova pericial tem a responsabilidade de preservá-lo. Isso é fundamental para evitar contaminações ou alterações nos vestígios, o que poderia comprometer os resultados das perícias e, por consequência, todo o processo judicial.

A questão aborda conceitos centrais da Cadeia de Custódia e da preservação de locais de crime, sendo fundamental para qualquer perito ou agente público envolvido na investigação criminal. A compreensão desses princípios garante a correta manipulação das provas e a validade do processo legal.

Letra e.

037. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA) A lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, positivou em norma a cadeia de custódia no Brasil. Sobre o tema, marque a alternativa verdadeira:

- a) A cadeia de custódia é o conjunto dos procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, sendo necessário registrar apenas as características desses vestígios.
- b) Fixação é ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza;
- c) A coleta do vestígio deve ser feita obrigatoriamente por perito oficial.
- d) Em locais isolados, é proibida a entrada de qualquer pessoa estranha ao ato pericial, ou a remoção de vestígios do local de crime antes da liberação pelo perito responsável.
- e) Todos os materiais apreendidos e encaminhados para o órgão pericial devem permanecer armazenados na central de custódia após a realização da perícia, não importando sua natureza ou dimensão.



A cadeia de custódia refere-se ao processo pelo qual a evidência é coletada, preservada e documentada para garantir sua integridade desde o local do crime até sua apresentação em juízo. Entender esse processo é crucial para garantir que as evidências sejam utilizáveis em um julgamento por serem consideradas confiáveis.

Analisemos cada alternativa proposta:

- a) Errada. Afirma que é necessário registrar apenas as características dos vestígios. Isso é incorreto, pois a cadeia de custódia exige o detalhamento e documentação de todos os movimentos e manipulações do vestígio desde a sua coleta até sua análise e armazenagem.

- b) Errada. A fixação de fato diz respeito ao recolhimento do vestígio, respeitando suas características, mas isso não abrange todo o conceito e requisitos da cadeia de custódia, focando apenas em uma parte do processo.
- c) Errada. Embora a coleta de vestígios idealmente deva ser feita por um perito oficial, existem circunstâncias em que outros profissionais podem coletar evidências, desde que devidamente treinados e seguindo os protocolos estabelecidos, especialmente em situações de urgência ou falta de recursos.
- d) Certa. Destaca que em locais isolados a entrada é restringida até a liberação pelo perito responsável, o que é uma prática essencial para evitar contaminação ou alteração do local do crime e dos vestígios, mantendo assim a integridade da cena e das evidências.
- e) Errada. Afirma que todos os materiais apreendidos devem permanecer na central de custódia, o que não é prático ou factível considerando diversos tipos de evidências que podem necessitar de condições especiais de armazenamento ou que são consumidos durante os testes.

A alternativa correta, como apontado na questão, é mesmo a d). Ela aborda um aspecto fundamental da cadeia de custódia que é a preservação do local e dos vestígios até que o perito faça a liberação, evitando assim interferências que possam comprometer a evidência. A organização e controle durante todo o processo de manipulação de vestígios são essenciais na cadeia de custódia. A alternativa d) realça a importância de controlar o acesso ao local do crime, garantindo que os vestígios sejam coletados e documentados de forma correta e segura.

Letra d.

038. (IDECAN/2022/PC-BA/PERITO ODONTO-LEGAL DE POLÍCIA CIVIL/CRIMINALÍSTICA)
Conforme consta no Art. 158-B do código de processo penal brasileiro, a cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio em 10 etapas, iniciando pelo reconhecimento até o descarte. No âmbito da cadeia de custódia, assinale a alternativa correta e que contém a etapa relacionada ao: exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.

- a) Acondicionamento.
- b) Processamento.
- c) Recebimento.
- d) Coleta.
- e) Fixação



Para compreender adequadamente essa questão, é fundamental ter um conhecimento sólido sobre o conceito e as etapas da cadeia de custódia no contexto da perícia criminal. A cadeia de custódia é o procedimento utilizado para manter e documentar o rastro cronológico

dos vestígios coletados em uma cena de crime, desde a sua descoberta até o seu eventual descarte, passando pelo seu manuseio, análise e armazenamento. Este processo garante que os vestígios possam ser utilizados como prova judicial, sendo crucial que cada etapa seja meticulosamente seguida para preservar a integridade e a autenticidade das evidências. No contexto da questão, especifica-se a etapa em que ocorre o “exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito”. Esta descrição corresponde à etapa de “Processamento” na cadeia de custódia. Durante o processamento, o vestígio é examinado e analisado utilizando técnicas específicas, que variam de acordo com a natureza da evidência. É nesta fase que o perito aplicará seus conhecimentos especializados para extrair as informações necessárias dos vestígios, que posteriormente serão fundamentais na elaboração do laudo pericial. Apesar disso, a alternativa considerada correta pela banca foi a letra a), “Acondicionamento”, o que faz supor um erro de indicação na alternativa correta ou um mal-entendido na interpretação do enunciado ou das opções de resposta.

Letra a.

039. (INSTITUTO AOCP/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL/AUXILIAR DE NECROPSIA/AUXILIAR DE PERÍCIA/CRIMINALÍSTICA) Imagine a ocorrência de um crime envolvendo morte violenta. O cadáver está no local e a polícia foi comunicada. Nos termos legais, o que o agente público que primeiro chegar ao local deve fazer?

- a) Reconhecer os elementos de potencial interesse para a produção da prova pericial e realizar, de imediato, o respectivo processamento dos vestígios.
- b) Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, dando início à cadeia de custódia.
- c) Coletar e acondicionar os vestígios independentemente das demais etapas de rastreamento atinentes à cadeia de custódia.
- d) Alterar a posição dos elementos de potencial interesse para a produção da prova pericial, garantindo, com isso, o isolamento e a preservação dos vestígios até a chegada dos peritos criminais.
- e) Transferir imediatamente os vestígios de um local para o outro, utilizando as condições adequadas, para posterior fixação.



Para resolver esta questão, é fundamental entender o conceito de cadeia de custódia e as primeiras ações necessárias em um local de crime, sobretudo quando envolve morte violenta. A cadeia de custódia refere-se ao processo de documentação e preservação dos

vestígios desde o momento em que são encontrados até a apresentação em juízo. Isso inclui a preservação do local do crime, a coleta, o armazenamento e o transporte de provas. Vamos analisar as alternativas com base nesses conceitos:

- a) Ao chegar ao local do crime, o agente público não deve imediatamente processar os vestígios. É necessário primeiro assegurar que o local está devidamente isolado e preservado.
- b) Esta alternativa é a correta. O agente público que chega primeiro deve assegurar que o local do crime não seja alterado. Preservar o estado e a conservação das coisas é essencial para iniciar corretamente a cadeia de custódia.
- c) Coletar e acondicionar os vestígios de forma independente das demais etapas da cadeia de custódia poderia comprometer a integridade das provas.
- d) Alterar a posição dos elementos no local do crime pode potencialmente destruir evidências valiosas ou contaminar o local, o que é inaceitável.
- e) Transferir vestígios de um local para outro imediatamente pode causar a perda de evidências relevantes e não respeita o procedimento adequado de cadeia de custódia.

A alternativa B destaca a importância de não alterar o estado do local do crime e de começar corretamente o processo de cadeia de custódia, enfatizando a preservação e proteção do local e das evidências até a chegada dos peritos especializados.

Letra b.

040. (IGEDUC/2023/PREFEITURA DE TRIUNFO – PE/GUARDA MUNICIPAL/CRIMINALÍSTICA) Julgue o item a seguir. A cadeia de custódia, em criminalística, refere-se ao período entre a prisão em flagrante, com identificação e guarda do indivíduo, até sua apresentação ao juiz em 24h.



A questão aborda o conceito de “Cadeia de Custódia” dentro do campo da Criminalística. Para responder corretamente, é necessário entender o que realmente significa esse termo no contexto legal e forense.

A “Cadeia de Custódia” não está relacionada ao período entre a prisão de um indivíduo e sua apresentação ao juiz. Em vez disso, refere-se ao processo pelo qual a evidência física é coletada, armazenada, preservada e transportada, mantendo-se um registro documentado de todos que manusearam tal evidência para garantir sua integridade e autenticidade desde o local do crime até sua apresentação em tribunal. Esse procedimento é crucial para garantir que as provas sejam mantidas em condições que impedem adulteração ou contaminação e para que sejam legalmente aceitas em processos judiciais.

Portanto, o conceito de cadeia de custódia é fundamental para garantir a credibilidade das evidências durante investigações criminais e processos judiciais, e não tem relação com o processo de detenção de suspeitos como sugerido na afirmação.

Errado.

041. (IADES/2023/POLÍCIA CIENTÍFICA – GO/PERITO CRIMINAL DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA)

Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e seu manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte, conforme o art. 158-A do Código de Processo Penal. Quanto às etapas do rastreamento do vestígio da cadeia de custódia, assinale a alternativa correta.

a) Reconhecimento é o procedimento relativo à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial. É o que ocorre quando o corpo é sepultado ou quando a droga apreendida é destruída e se preserva, evidentemente, amostra necessária à realização do laudo definitivo e para fins de eventual contraprova.

b) Acondicionamento é o ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e sua natureza, como, por exemplo, quando o cadáver é retirado da casa.

c) Isolamento é o ato de evitar que se altere o estado das coisas, isolando e preservando o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e ao local de crime. É o que ocorre quando a autoridade policial isola o cômodo e a casa onde o corpo foi encontrado.

d) Recebimento é o ato de transferir o vestígio de um local para outro utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle e sua posse. Nos casos das amostras biológicas, a cadeia de custódia deve ser a mais curta possível para evitar a degradação do material.

e) Fixação é o exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito. Na hipótese de um cadáver, realiza-se uma necrópsia.



Para entender e resolver esta questão corretamente, é fundamental compreender o conceito de “cadeia de custódia” em um contexto criminalístico. A cadeia de custódia refere-se ao processo documentado que registra a posse, transferência, análise e disposição de evidências físicas ou eletrônicas, garantindo que sua integridade seja preservada do momento em que são coletadas até sua apresentação final em um tribunal ou outro uso formal.

Nesta questão, as etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia são exploradas e cada alternativa apresenta uma interpretação diferente de uma etapa específica do processo.

a) Errada. Trata do reconhecimento relacionado a liberação do vestígio e não descreve apropriadamente nenhuma etapa da cadeia.

b) Errada. Fala sobre o acondicionamento, mas o exemplo dado (retirada do cadáver da casa) envolve mais a transporte do que o correto acondicionamento para análise pericial.

c) Certa. Descreve o isolamento, que é de fato uma parte crucial para manter a cena do crime intocada e livre de contaminação, fundamental no início do processo de cadeia de custódia.

d) Errada. Descreve o recebimento envolvendo a transferência de um local para outro, que também é relevante, mas não é o foco inicial da cadeia de custódia.

e) Errada. Menciona fixação, que está mais relacionada ao processo de exame pericial propriamente dito e não a uma etapa da cadeia de custódia.

Portanto, a resposta correta deve fornecer uma descrição precisa de uma das etapas iniciais da cadeia de custódia concernente à preservação do local e dos vestígios antes de seu recolhimento.

As etapas da cadeia de custódia são fundamentais para preservar a integridade e a admissibilidade de evidências em procedimentos legais. Cada etapa deve ser meticulosamente documentada e executada para garantir que as provas possam ser confiáveis e credíveis em julgamento.

Letra c.

042. (IMPARH/2023/AMC DE FORTALEZA – CE/AGENTE DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO/CRIMINALÍSTICA) Conforme as alterações normativas promovidas no Código de Processo Penal, marque o quesito que NÃO se constitui em etapa da cadeia de custódia:

- a) isolamento.
- b) decantação.
- c) fixação.
- d) reconhecimento.



Para entender a cadeia de custódia no contexto da criminalística e do processamento de cenas de crime, é necessário conhecer as etapas básicas que compõem esse procedimento. A cadeia de custódia é fundamental para garantir a integridade física e a validade legal das provas coletadas em uma cena de crime, seguindo desde a coleta até o armazenamento e utilização em tribunal.

As opções apresentadas na questão referem-se às diversas etapas que podem ocorrer durante o manejo de evidências em uma cena de crime. Vamos analisar cada alternativa:

a) Certa. Refere-se a uma etapa crítica em que a cena de crime é isolada para evitar a contaminação de provas. É um procedimento inicial e fundamental na preservação de uma cena de crime.

b) Errada. Este termo não é típico no contexto de processamento de cena de crime dentro da cadeia de custódia. A decantação é um processo utilizado principalmente em química

para separação de misturas, não se aplicando às etapas de manejo e processamento de evidências criminais.

c) Certa. Consiste em registrar a cena de crime como foi encontrada, normalmente através de fotografias, vídeos ou anotações detalhadas. Esta etapa é crucial para manter a evidência em seu estado original.

d) Certa. Esta etapa pode envolver o reconhecimento de elementos específicos na cena, ajudando a estabelecer uma cronologia dos eventos ou identificar a presença de determinados indivíduos ou objetos.

Portanto, a alternativa que não se constitui em uma etapa da cadeia de custódia é a b) decantação, uma vez que não se relaciona com as práticas padrão de manejo de evidências em uma cena de crime.

Letra b.

043. (UNIRV – GO/2024/PREFEITURA DE RIO VERDE – GO/GUARDA CIVIL MUNICIPAL/CRIMINALÍSTICA) O artigo 158-A, do Código de Processo Penal, disciplina a cadeia de custódia. “Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”. Assim, constitui o início da cadeia de custódia:

a) a coleta, consistente no ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza.

b) a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

c) o acondicionamento, um procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas.

d) o transporte, consistente em transferir o vestígio de um local para outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura), de modo a garantir a manutenção de suas características originais.



O conceito de “Cadeia de Custódia” é fundamental no campo da criminalística para garantir a autenticidade e a integridade dos vestígios coletados em cenas de crime. Esse procedimento abrange desde a coleta do vestígio até seu descarte, passando pelo reconhecimento, acondicionamento, transporte e análise, entre outros processos.

Para o entendimento da questão, é importante primeiro compreender que o início da cadeia de custódia é o momento em que a integridade do vestígio é assegurada pela primeira vez,

ainda na cena do crime. Isso envolve a preservação do local do crime, prevenindo que os vestígios sejam alterados, destruídos ou contaminados.

Analisando as alternativas:

a) Errada. A coleta é um processo importante, porém, não representa o início da cadeia de custódia. Ela é a etapa que segue à preservação e segura que os vestígios sejam efetivamente coletados para análise.

b) Certa. A preservação do local do crime se destaca como a primeira medida para garantir a cadeia de custódia. É o momento em que se estabelece um perímetro de segurança e se tomam as medidas necessárias para que nada no local seja alterado antes da chegada da perícia.

c) Errada. O acondicionamento é uma etapa posterior, que ocorre após a coleta dos vestígios, garantindo que eles sejam armazenados e transportados de maneira adequada.

d) Errada. O transporte também é crítico, mas só ocorre após a coleta e o acondicionamento adequados dos vestígios.

Portanto, o início da cadeia de custódia é a preservação do local do crime, onde se começam a tomar todas as precauções para a manutenção dos vestígios em seu estado original e, assim, garantir a idoneidade das provas.

A melhor compreensão do início da cadeia de custódia é crucial para quem atua na área de criminalística, pois é o fundamento sobre o qual toda a investigação científica do crime se apoia. Erros nesta fase podem comprometer todo o processo legal subsequente.

Letra b.

044. (IBFC/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) Assinale a alternativa que apresenta a definição de cadeia de custódia.

a) Uma organização que fornece a indivíduos e outras empresas acesso à internet e outros serviços semelhantes, como criador de sites e hospedagem virtual.

b) Uma ordem escrita expedida por um juiz que ordena a um oficial de justiça procurar, em uma área específica, por uma determinada prova.

c) Um método de documentar a história e a posse de uma amostra, através de análises e relatório de dados, até à sua disposição final.

d) A arte e a ciência de esconder informações, incorporando mensagens em textos aparentemente inofensiva.

e) Um espaço que existe entre o fim de um arquivo e o fim do último aglomerado de um arquivo.



Para abordar a questão sobre a “Cadeia de Custódia”, é essencial compreender que esse conceito diz respeito ao processo meticuloso de manutenção e documentação de evidências

físicas ou digitais desde o seu ponto de coleta até a sua apresentação em tribunal. O objetivo fundamental é preservar a integridade e a autenticidade da evidência.

A cadeia de custódia envolve uma série de passos como documentação detalhada, embalagem apropriada, e rastreamento rigoroso do manuseio da evidência. Cada pessoa que entra em contato com a evidência deve registrar sua interação, detalhando o que foi feito, quando e por quem, garantindo assim que não houve alterações, perdas, danos ou contaminações. Na questão apresentada, a alternativa c) “Um método de documentar a história e a posse de uma amostra, através de análises e relatório de dados, até à sua disposição final” abrange de maneira precisa essa descrição. Ela enfatiza a importância de documentar a história e a posse da amostra, o que é um resumo exato da prática da cadeia de custódia.

As outras alternativas desviam-se completamente do contexto desta prática forense e de sua aplicação:

- a) Errada. Descreve algum tipo de provedor de serviços de internet, não relacionado com a temática em questão.
- b) Errada. Trata-se de um mandado de busca, que embora seja uma ferramenta jurídica, não define a cadeia de custódia.
- d) Errada. Descreve práticas de esteganografia, que são métodos para ocultar mensagens, não tendo relação com a manutenção e documentação de evidências.
- e) Errada. Refere-se a uma terminologia usada na computação, sem vínculo direto com as práticas forenses.

A resposta correta é a que aborda integralmente a prática de seguimento e documentação detalhada da evidência, crucial para a sua admissibilidade judicial. A cadeia de custódia é fundamental no sistema judicial, e compreendentemente precisa ser precisamente mantida para assegurar a confiabilidade e legalidade das provas apresentadas em qualquer caso.

Letra c.

045. (IADES/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA – GO/ODONTOLEGISTA DE 3ª CLASSE/CRIMINALÍSTICA)

Toda amostra deve ser documentada, desde seu nascimento no local de crime até sua análise e descrição final, de forma a se estabelecer um histórico completo e fiel de sua origem. ROSA, C.T.A. e STUMVOLL, V.P. Criminalística. 8. ed., Capítulo 1: Criminalística. 17 p. De acordo com o texto apresentado, o princípio da documentação, na Criminalística, baseia-se especificamente

- a) na tipicidade penal.
- b) na cadeia de custódia.
- c) no exame de corpo de delito.
- d) nas perícias em geral.
- e) na teoria do crime.



O princípio mencionado na questão é essencial para entendermos a importância da cadeia de custódia no contexto da Criminalística. A cadeia de custódia refere-se ao processo de documentar, coletar, preservar e, por fim, analisar evidências de um local de crime. Este processo garante que a integridade da prova seja mantida desde o local do crime até sua apresentação em juízo ou análise em laboratório. A pergunta foca especificamente na necessidade de documentar cada etapa deste processo, garantindo um registro fidedigno da origem e manipulação da amostra ou evidência.

Agora, vamos detalhar como a alternativa “B” – na cadeia de custódia – é fundamental e diretamente relacionada ao conceito apresentado. Sabemos que, dentro do processo criminalístico, é crucial assegurar que as evidências sejam manipuladas de forma a não alterar suas características originais, o que pode acontecer se a cadeia de custódia não for rigorosamente seguida. Se uma amostra é manipulada ou armazenada inadequadamente, isso pode levar à sua contaminação ou perda, comprometendo a investigação e o processo legal subsequente. Portanto, a documentação detalhada em cada fase da cadeia de custódia sustenta a idoneidade das provas e afirma sua validade legal.

Este princípio serve como uma garantia para que as provas mantidas tenham seu valor perante o sistema de justiça, evitando vieses e erros que possam comprometer os resultados dos processos legais.

Letra b.

046. (IBFC/2024/POLÍCIA CIENTÍFICA-PR/PERITO OFICIAL CRIMINAL/CRIMINALÍSTICA) A respeito da preservação dos vestígios cibernéticos, qual alternativa apresenta uma afirmação incorreta:

- a) Os vestígios digitais devem ser zelados com o mesmo cuidado que são tratados os vestígios encontrados em uma cena de crime, como manchas de sangue e projéteis.
- b) Os principais agentes causadores de danos dos vestígios cibernéticos são: choques mecânicos, temperatura inadequada, umidade excessiva, campos magnéticos e campos elétricos.
- c) A fase de preservação também compõe o processo de cadeia de custódia, que trata do registro cronológico de manuseio da evidência, desde sua coleta até o fim do procedimento em que está inserido.
- d) A cópia exata dos dados, bit a bit, de uma mídia suspeita para outro dispositivo de armazenamento é chamada de duplicação forense ou espelhamento.
- e) A garantia de que os dados copiados são exatamente iguais aos originais é feito com a utilização dos algoritmos de HTTP, cujo resultados serão comparados ao final da cópia.



Para resolver esta questão, é necessário compreender dois conceitos principais: a importância da preservação de vestígios cibernéticos em uma investigação forense e a técnica adequada para garantir a integridade dos dados durante esse processo.

Primeiramente, os vestígios cibernéticos, como qualquer prova em um contexto forense, devem ser cuidadosamente preservados para assegurar a veracidade e a validade dos dados durante investigações. Assim como vestígios físicos (ex: manchas de sangue e projéteis), os vestígios digitais requerem atenção especial para evitar qualquer tipo de alteração ou dano que possa comprometer a prova.

Além disso, o processo de cadeia de custódia é crítico para a manutenção da integridade da evidência. Ele estabelece um registro detalhado de todo o manuseio da evidência desde a coleta até a sua análise final, garantindo que qualquer procedimento realizado seja devidamente documentado e rastreável.

Especificamente, no contexto da preservação de dados digitais, a cópia fiel dos dados, conhecida como “duplicação forense” ou “espelhamento”, é uma prática padrão. Durante esse processo, uma cópia exata, bit a bit, é feita de toda a informação contida em uma mídia digital para outra unidade de armazenamento. Para confirmar que a cópia é idêntica à original, são utilizados algoritmos criptográficos de hash, e não algoritmos de HTTP como menciona a alternativa E.

Os algoritmos de hash, como SHA (Secure Hash Algorithm) ou MD5 (Message Digest Algorithm 5), são empregados para gerar um valor único (hash) a partir dos dados originais. Consequentemente, esse mesmo algoritmo é aplicado aos dados copiados para gerar outro valor de hash. Se ambos os valores são idênticos, confirma-se que a cópia é exata. Portanto, a menção ao HTTP no contexto de validação da integridade dos dados é incorreta, pois o HTTP é um protocolo de transferência de hipertexto, usado principalmente para a comunicação na web, e não tem relação com a criptografia ou confirmação de integridade de dados em contextos forenses.

Letra e.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

